



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

HELEN DO SOCORRO BARBOSA CABRAL

**POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL FACE À FOME E À
DESNUTRIÇÃO NO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ: análise da realidade do
CONSAD-ARARI**

**BELÉM-PARÁ
2013**

HELEN DO SOCORRO BARBOSA CABRAL

**POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL FACE À FOME E À
DESNUTRIÇÃO NO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ: análise da realidade do
CONSAD-ARARI**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA) junto ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Professora orientadora Dr^a Maria José de Souza Barbosa.

**BELÉM-PARÁ
2013**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Cabral, Helen do Socorro Barbosa,

Política de segurança alimentar e nutricional face à fome e à desnutrição no arquipélago do marajó: análise da realidade do CONSAD-Arari / Helen do Socorro Barbosa Cabral. - 2013.

Orientador: Maria José de Souza Barbosa.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicada,

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2013.

Segurança Alimentar, Política Pública, CONSAD-Arari, Muaná

CDD 23. ed. 363.8098115

HELEN DO SOCORRO BARBOSA CABRAL

**POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL FACE À FOME E À
DESNUTRIÇÃO NO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ: análise da realidade do
CONSAD-ARARI**

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA À BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PELOS
SEGUINTE MEMBROS:**

Prof^a. Dr^a. Maria José de Souza Barbosa

Prof^a. Dr^a. Sandra Helena Ribeiro Cruz

Prof^o. Dr^o. Farid

**BELÉM/PARÁ
2013**

Aos meus pais, Carlos e Fátima, por todas as oportunidades de desenvolver minhas potencialidades.

Ao meu querido filho, Gabriel, pela felicidade de todos os dias.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir essa vitória;

Ao meu filho, por ser minha grande fonte de inspiração;

Aos meus pais, Carlos e Fátima, pelo apoio, carinho, dedicação e incentivo, proporcionando o meu crescimento pessoal, permitindo o alcance de todas as minhas conquistas;

À professora Doutora Maria José de Souza Barbosa, pela orientação e paciência em todas as etapas deste trabalho;

Aos Professores do Programa de Mestrado em Serviço Social, pelas valiosas contribuições ao longo do curso;

A minha família e amigos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

"Se a miséria de nossos pobres
não é causada pelas leis da
natureza, mas por nossas
instituições,
grande é o nosso crime"

(Charles Darwin - A Viagem do
Beagle)

RESUMO

A alimentação é uma das maiores e mais vitais necessidades do ser humano, o debate a respeito da segurança alimentar e nutricional torna-se indispensável na atualidade, na medida em que a não garantia desse direito compromete e fragiliza toda uma nação. O tema abordado nesta dissertação procura identificar como se desenvolveu a Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, seus programas, projetos e ações em nível nacional e regional dando destaque ao arquipélago do Marajó, por se tratar de uma região com grandes riquezas naturais, porém elevadas taxas de vulnerabilidades sociais. Neste contexto, faz-se uma análise da efetividade do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD-Arari, (um dos programas vinculados ao Fome Zero), o qual tem como objetivo o desenvolvimento local a partir da produção familiar de alimentos. O Consórcio tem como áreas de atuação os municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedra, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure. Destes, Muaná é a região a se destacar, por ser o objeto desta pesquisa e por apresentar a maior taxa de população pobre e a segunda em população extremamente pobre das que compõe o Arari. Trazer o debate de um tema instigante e uma temática complexa torna-se relevante, tendo em vista que a questão da insegurança alimentar é um paradoxo, uma vez que o Brasil é um dos maiores exportadores de alimentos do mundo. Dessa forma, a dissertação busca analisar as ações desenvolvidas pelo Consórcio CONSAD-Arari no município de Muaná, sua efetividade e aplicabilidade, de modo a identificar as ações desenvolvidas na região para o enfrentamento a insegurança alimentar.

Palavras chaves: Segurança Alimentar, Política Pública, CONSAD-Arari, Muaná

ABSTRACT

Power is one of the largest and most vital human needs , the debate regarding the nutritional and food security is indispensable nowadays , since not guarantee that right compromises and weakens a nation . The topic of this dissertation seeks to identify how it has developed the Policy for Food Security and Nutrition in Brazil , its programs, projects and actions at national and regional level by highlighting the Marajó archipelago , because it is a region with great natural wealth , but high rates of social vulnerability . In this context , it is an analysis of the effectiveness of the Consortium for Food Security and Local Development - CONSAD - Arari , (one of the programs linked to the Zero Hunger) , which aims at the development site from the family food production . The Consortium has the performance areas the municipalities of Cachoeira do Arari , Chaves , Muaná , Ponta de Pedra , Salvaterra , Santa Cruz Arari and Soure . Of these , Muaná is the region to stand out , to be the object of this research and has the highest rate of poor population and the second in the extremely poor population that makes up the Arari . Bring the discussion of a topic and a compelling thematic complex is relevant , considering that the issue of food insecurity is a paradox , since Brazil is one of the largest food exporters in the world. Thus , the dissertation seeks to analyze the actions developed by the Consortium CONSAD - Arari the municipality of Muaná , its effectiveness and applicability , in order to identify the actions developed in the region to cope with food insecurity .

Keywords : Food Security, Public Policy , CONSAD - Arari , Muaná

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC – BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDO E SAÚDE

CERENU – CENTRO DE RECUPERAÇÃO NUTRICIONAL

CMA – CÚPULA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO

CONSAD – CONSÓRCIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL

CONSEA – CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CREAS – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EMATER – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA

FEAS – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

FSCMPA – FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

IBAM – INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

IDESP – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO, ECONÔMICO, SOCIAL E PRODUTIVO

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

LOSAN – LEI ORGÂNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

MDS – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

MESA – MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

PAIS – PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA SUSTENTÁVEL

PBF – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

PBSM – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

PDTSAN – PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO ARQUIPÉLOGO DO MARAJÓ

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

PNAN – POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

PNSN – PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE E NUTRIÇÃO

PRODEA – PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO EMERGÊNCIA DE ALIMENTOS

PRONAF – PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

RMTCSADL – RELATÓRIO MOBILIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO CONSÓRCIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL

SAN – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

SESAN – SECRETARIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

SUAS – SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

SUDAM – SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

UNICAMP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – TAXA BRUTA DE NATALIDADE DO BRASIL, 1920/2007

TABELA 2 – RANKING DO EFETIVO DE REBANHO BOVINO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO 2011

TABELA 3 – RENDA MÉDIA DOMICILIAR MARAJÓ/2010

TABELA 4 – POPULAÇÃO ABAIXO DA LINHA DA POBREZA E EXTREMAMENTE POBRE DO MARAJÓ/2010

TABELA 5 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA MARAJÓ 2010

TABELA 6 – MORTALIDADE INFANTIL/2010

TABELA 7 – PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) E PIB PER CAPITA 2009

TABELA 8 – VALOR ADICIONADO POR ATIVIDADE 2009

TABELA 9 – PRODUTIVIDADE ECONÔMICA (valor – R\$/Área colhida – há) DA AGRICULTURA 2010

TABELA 10 – INDICADORES DO IDH DOS MUNICÍPIOS DO CONSAD-ARARI

TABELA 11 – INDICADORES DE CONDIÇÕES DE VIDA NO CONSAD-ARARI

TABELA 12 – PIB/PIB PERCAPITA MICRORREGIÃO DO ARARI

TABELA 13 – PIB POR SETOR DOS MUNICÍPIOS DO CONSAD-ARARI

TABELA 14 – LAVOURA PERMANENTE NA MICRORREGIÃO DO ARARI-
PRODUÇÃO DE BANANA 2004/2009

TABELA 15 – LAVOURA TEMPORÁRIA NA MICRORREGIÃO DO ARARI-
PRODUÇÃO DE ABACAXI 2004/2009

TABELA 16 - LAVOURA TEMPORÁRIA NA MICRORREGIÃO DO ARARI-
PRODUÇÃO DE ARROZ 2004/2009

TABELA 17 – NÚMERO EFETIVO DE CABEÇAS BOVINAS, BUBALINAS E
SUÍNAS DA MICRORREGIÃO DO ARARI 2006/2009

TABELA 18 – EXTRAÇÃO VEGETAL NÃO MADEIREIRA NA MICRORREGIÃO DO
ARARI 2009

TABELA 19 – EXTRAÇÃO VEGETAL MADEIREIRA NA MICRORREGIÃO DO
ARARI 2009

TABELA 20 – POPULAÇÃO, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA MUANÁ
200/2001

TABELA 21 – POPULAÇÃO POBRE E EXTREMAMENTE POBRE DO MARAJÓ
2010

LISTA DE FOTOS

FOTOS 1 e 2: MUNICÍPIO DE MUANÁ: IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA E PONTE DE ACESSO ENTRE OS BAIRROS

FOTOS 3 e 4: EMBARCAÇÕES TÍPICAS DO MUNICÍPIO R TRAPICHE

FOTOS 5 e 6: PALAFITAS NOS FUIROS DOS RIOS MUANÁ E CENTRO URBANO

FOTOS 7 e 8: HORTAS COMUNITÁRIA

FOTOS 9 e 10: HORTAS COMUNITÁRIA

FOTOS 11 e 12: REGISTRO ATUAL

FOTOS 13 e 14, 15 e 16: CURSO DE BENEFICIAMENTO DO PESCADO

FOTOS 17 e 18: DIA DE CAMPO DO CURSO DE BENEFICIAMENTO DO PESCADO

FOTOS 19 e 20: DIA DE CAMPO DO CURSO DE BENEFICIAMENTO DO PESCADO

FOTOS 21 e 22: REGISTRO DA IMPLANTAÇÃO DO VIVEIRO PARA A CRIAÇÃO DE GALINHAS

FOTOS 23 e 24: REGISTRO DA IMPLANTAÇÃO DO VIVEIRO PARA A CRIAÇÃO DE GALINHAS

FOTOS 25 e 26: REGISTRO ATUAL

FOTOS 26 e 27: DIA DE CAMPO PARA A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA AGROFLORESTAL

FOTOS 28 e 29: REGISTRO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA AGROFLORESTAL

FOTOS 30 e 31: REGISTRO DA IMPLANTAÇÃO DO TANQUE REDE

FOTOS 32 e 33: REGISTRO ATUAL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: BRASIL: PAÍS QUE PRODUZ ALIMENTOS, PAÍS QUE PRODUZ FOME	20
1.1. A política de Segurança Alimentar no Brasil	21
1.2. A fome no Brasil: Produto do Passado Histórico, consequência de um modelo baseado em monoculturas	29
1.3. Estrutura Agrária no Brasil: Determinada pelas relações históricas de poder.....	34
CAPÍTULO II: ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ: UMA REGIÃO DE RIQUEZAS NATURAIS E PROBLEMAS SOCIAIS	47
2.1. Caracterização do arquipélago do Marajó: Indicadores econômicos e sociais ..	48
2.2. Caracterização do Município de Muaná	60
CAPÍTULO III: ATUAÇÃO DO CONSAD-ARARI NO MUNICÍPIO DE MUANÁ NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIOCIONAL ...	65
3.1. CONSADs: Um instrumento de combate a insegurança alimentar	65
3.2. A realidade do CONSAD-Arari: Muaná em foco.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	87

INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional se deu a partir do contato com o universo da desnutrição infantil durante o curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA). Foi no período de estágio, com duração de 12 meses, que se pôde conhecer o Centro de Recuperação Nutricional (CERENU) voltado à recuperação de crianças desnutridas de 0 a 5 anos, vinculado à Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA).¹

Vale ressaltar que foi feito um estudo monográfico tendo como propósito compreender as diversas realidades sociais, econômicas e culturais os quais os usuários atendidos no CERENU estavam inseridos e aprofundar o conhecimento a respeito da fome e da desnutrição, até então observadas sob o olhar do senso comum. Durante a realização do Estágio Profissional percebeu-se êxito ao tratamento, no entanto, verificou-se que o retorno destas crianças ao ambiente familiar ocasionava a recaída à doença. Assim, identificou-se que o CERENU garantia a redução dos indicadores relacionados à patologia, no entanto, o problema não recaía apenas a questão de saúde. Dessa forma, concluiu-se que grande parte dessas crianças não tinham condições de manter uma alimentação adequada e saudável, portanto, de combater o problema na raiz.

Tal experiência levou a necessidade de um novo estudo que possibilitasse, agora, na condição de mestranda, conhecer a Política de Segurança Alimentar e Nutricional desenvolvida no país, de modo, a saber, quais mecanismos são utilizados por esta política para combater as causas desta “doença social”. A fome causa dor não só física como “moral”, discutida mundialmente por diferentes sujeitos sociais, como estados, movimentos sociais etc., os quais têm buscado alternativas para superá-la.

Conhecer os programas e projetos voltados ao combate à fome e a miséria no país, a natureza e alcance destes torna-se indispensável, pois a má alimentação da população em um país, como o Brasil, que se coloca como a sexta economia mundial parece ser um paradoxo, cujas razões são históricas, resultado de um longo

¹ Uma fundação de Direito Público vinculada a Secretaria de Proteção Social ao qual iniciou suas atividades como uma instituição filantrópica nos anos de 1.600, transformando-se em fundação pública sob a égide da Lei Estadual nº 003/90 de 26 de abril de 1990.

processo de formação econômica e social. Isto parece mais complexo e problemático quando o Brasil se destaca na produção e exportação de alimentos.

Dessa forma a pesquisa teve como questões norteadoras: como um país tão vasto em termos territoriais e exuberância natural, com altos indicadores de produção alimentar tem crianças passando fome e conseqüentemente acometidas pela desnutrição e outras patologias decorrentes da falta de acesso à alimentação adequada e saudável? Como manter uma criança saudável, livre da fome e da desnutrição quando esta tem apenas acesso ao tratamento (o que não é uma regra) e não há uma alimentação saudável? Quais são os avanços, as possibilidades e os limites da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil para o combate a fome?

Para tanto, é essencial conhecer a Política de Segurança Alimentar e Nutricional sob o aspecto nacional e regional, compreender como o Estado vem executando tal política. O estudo está direcionado ao arquipélago do Marajó, que de acordo com o IDESP (2012) é a região com a maior taxa de pobreza (64,19%) e extrema pobreza (38,88%) no Estado do Pará.

O Marajó é formado por 16 municípios divididos em 3 microrregiões: microrregião do Arari (formada pelos municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure); microrregião dos Furos de Breves (com Afuá, Anajás, Breves, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista) e, por fim a microrregião de Portel (aos quais compreende os municípios de Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel).

Com o propósito de identificar as ações do Consórcio de Segurança Alimentar e Nutricional CONSAD-Arari selecionou-se o município de Muaná como o objeto desta pesquisa, pois de acordo com o IDESP (2012) é o que apresenta a maior taxa de população pobre e o segundo em população extremamente pobre das regiões que compõem o Arari.

Os CONSAD's são considerados instrumentos estratégicos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no combate a insegurança alimentar e nutricional vinculados ao Programa Fome Zero.

Teve-se como base de apoio para a inserção no campo, o Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – ITCPE/ICSA da Universidade Federal do Pará, e do grupo de pesquisa Trabalho e Desenvolvimento da Amazônia, a partir do projeto

“Mobilização do Território do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local CONSAD-Arari: em busca da inclusão sócio-produtiva (2011)”, ao qual teve como propósito a elaboração de um diagnóstico da insegurança alimentar e, ao mesmo tempo, um plano de ação de enfrentamento da situação de insegurança alimentar na área de abrangência do CONSAD-Arari.

De acordo com o projeto ao qual originou um relatório as políticas públicas voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional de certa forma não atingiram a microrregião do CONSAD-Arari de forma integrada, de modo a atender as carências nutricionais, garantindo a qualidade dos alimentos, o consumo e a promoção de práticas saudáveis, no sentido de prevenir os distúrbios nutricionais.²

As particularidades a qual envolvem a política de segurança alimentar e nutricional no Brasil, particularmente na região do Marajó despertaram o desejo de estar em campo frente às singularidades da região do Arari, mais especificamente em Muaná, os quais possibilitaram fundamentar a pesquisa de modo a corroborar informações, dados, achados, resultados, que tornaram possível o êxito deste estudo.

Desenvolveu-se um estudo sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional visando à identificação das ações implementadas no âmbito do CONSAD-Arari no município de Muaná, a fim de analisar a efetividade deste programa junto às famílias beneficiárias, com a finalidade de compreender os efeitos quanto ao combate à fome.

Aprofundar o conhecimento em relação à Política de Segurança Alimentar e Nutricional proporcionou enriquecimento intelectual e pessoal, de modo a expressá-lo para os demais estudiosos e sociedade, a fim de despertar o interesse para novos achados, pois não se tem a pretensão de tornar o presente estudo como acabado.

A pesquisa teve caráter exploratório, na medida em que há poucos estudos sobre essa temática no âmbito do Serviço Social, embora a situação de pobreza e miséria seja um dos principais problemas com os quais os assistentes sociais enfrentam no cotidiano de suas práticas profissionais. Nesse sentido, o estudo visa contribuir para a abertura de um campo de estudo voltado ao problema da fome e da

² Programa Incubador Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – ITCPEs – ICSA, Diretório de Pesquisa Trabalho e Desenvolvimento da Amazônia. Mobilização do Território do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD-Arari: em busca da produção sócio-produtiva. Relatório Final, 2011.

miséria, das políticas públicas e das práticas e estratégias dos sujeitos sociais para a superação do problema.

Desse modo, houve uma extensa revisão da literatura na área, a fim de apreender, no plano teórico-analítico, as categorias abstratas que nos permitiram analisar os dados da pesquisa de campo.

Posteriormente se esteve *in loco* coletando dados referentes às ações do CONSAD-Arari no município de Muaná com a intenção de reconhecer, de que forma se desenvolveu a Política de Segurança Alimentar e Nutricional nesta região.

A pesquisa é do tipo qualitativa, pois de acordo com Minayo (2007) tal procedimento é capaz de incorporar a questão dos significados e da intencionalidade atribuídos aos atos, às relações e as estruturas sociais, estruturas estas que tanto no seu advento quanto na sua transformação são determinadas como construções humanas significativas.

O estudo está composto por três capítulos, sendo o primeiro intitulado de “Brasil: País que produz alimentos, país que produz fome”, traz enquanto conteúdo o aspecto da fome e suas consequências sociais, de modo a apresentar argumentos de autores conceituados ao qual definem quais mecanismos seriam necessários a sua superação, apontado suas causas e efeitos. Apresenta-se a “Questão Agrária” como um dos aspectos de relevância e influência em relação a produção de alimentos e expõem-se de que maneira se deu o desenvolvimento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Quais ações, políticas, programas e projetos foram criados com vistas a expandir o combate a insegurança alimentar no país,

No segundo capítulo “Arquipélago do Marajó: uma região de riquezas naturais e problemas sociais” faz-se uma caracterização do arquipélago do Marajó a partir do relatório do grupo de Pesquisa Trabalho e Desenvolvimento da Amazônia com base no projeto intitulado “Mobilização do Território do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD-Arari: em busca da inclusão sócio-produtiva (2011)”, tendo ainda como suporte dados do Instituto de Desenvolvimento, Econômico, Social e Produtivo (IDESP, 2012) de modo a explicitar as peculiaridades históricas, econômicas e sociais da região. Na sequência há uma descrição do município de Muaná objeto deste estudo contendo a história de sua formação.

O terceiro e último capítulo “Atuação do CONSAD-Arari no município de Muaná no contexto da Política de Segurança Alimentar e Nutricional”, revela-se os

achados da implementação e das ações do CONSAD-Arari sobre o município de Muaná, como se deu seu desenvolvimento e quais os efeitos desta política sobre os sujeitos envolvidos.

CAPÍTULO I

**BRASIL: PAÍS QUE PRODUZ
ALIMENTOS, PAÍS QUE PRODUZ
FOME**

1.1. A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

Valente (2002), Relator Nacional para os Direitos Humanos à Alimentação, Água e Terra Rural, afirma que a fome, a má nutrição e a desnutrição constituem manifestações claras de violação do Direito Humano à Alimentação Adequada, sendo reconhecido no Pacto Internacional de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais.

Para o autor, o direito a alimentação significa ter acesso a recursos e meios que levem todos os cidadãos a acessar alimentos saudáveis na quantidade e na qualidade suficiente para atender as necessidades nutricionais e manter a saúde, considerando os hábitos e práticas alimentares de uma região, cultura ou origem étnica.

O acesso à alimentação é dever do Estado, este por meio de políticas públicas deve atender as demandas e necessidades sociais, com políticas de abastecimento, preço dentre outras que possam garantir oferta de alimento aos cidadãos. A sociedade tem um papel importante neste contexto, na medida em que suas próprias organizações são agentes capazes de influenciar as políticas de Estado.

O conceito de segurança alimentar se originou na Europa no início do século XX, a partir da necessidade dos países em assegurar a capacidade de produção dos alimentos, já que havia a vulnerabilidade a embargos ou boicotes de caráter político ou militar por consequência da Primeira Guerra Mundial (VALENTE, 2002).

A partir de 1972-74 o conceito passou a ser utilizado de forma ampla no cenário mundial, na 1ª Conferência Mundial sobre Alimentação, realizada em Roma, em 1974, organizada pela FAO – *Food and Agriculture Organization*, órgão integrante da Organização das Nações Unidas – ONU. Os governos participantes responsabilizaram-se em se empenhar para garantir a produção e o consumo de alimentos em todo o mundo, com a defesa inalienável de todo ser humano estar livre do risco da fome e da desnutrição (DOMENE, 2003).

Tratava-se da preocupação em implantar políticas voltadas à criação e manutenção de estoques nacionais de alimentos. No entanto, esses pressupostos não foram efetivamente implantados, havendo assim, um distanciamento deste objetivo inicial ligado aos direitos humanos, passando a haver uma preocupação apenas com a produção e não mais com o direito aos alimentos. No final da década

de 80 e início da década de 90 do século XX, tal conceito amplia-se a questões relacionadas à qualidade sanitária, biológica, nutricional e cultural (VALENTE, 2002).

De acordo com Valente (2002) a segurança alimentar é um objetivo nacional básico e estratégico. Deve permear e articular, horizontal e verticalmente, todas as políticas e ações das áreas econômicas e social, em todos os níveis de governo e ser perseguida por toda a sociedade, comprometendo todos os segmentos sociais, sejam em parceria com os distintos níveis de governo, ou em iniciativas cidadãs.

No Brasil durante o governo do Presidente Itamar Franco que com a necessidade de se estabilizar politicamente, devido às turbulências pelo qual passara o governo anterior, se criou em 1993 o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) para legitimar o enfrentamento à fome.

O CONSEA emergiu com a finalidade de propor e opinar sobre as ações de combate à fome e à miséria; incentivar o desenvolvimento de organizações e ações que atuassem no combate à pobreza e à fome; estimular parcerias e a integração entre os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, visando à complementaridade das ações desenvolvidas; promover campanhas de conscientização da opinião pública para o combate à pobreza e à fome, objetivando integrar esforços entre o governo e a sociedade.

O Conselho possuía um caráter consultivo com propostas sobre o combate a fome e a garantia de condições favoráveis à segurança alimentar no âmbito do setor governamental e não governamental, com medidas capazes de incentivar a integração entre os órgãos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando garantir a mobilização e a racionalização do uso dos recursos, bem como, a complementaridade das ações desenvolvidas e ainda campanhas de conscientização da opinião pública para o combate à fome e à miséria, com vistas à conjugação de esforços do governo e da sociedade (Decreto nº 807 de 1993).³

Mesmo tendo inovado nas ações de combate à fome e na própria forma da participação da sociedade, por ser um órgão consultivo e não executivo, dependia da ação da burocracia estatal, que por vezes tornava impraticável as ações do Conselho (VALENTE, 2002).

O CONSEA foi um suporte efetivo durante dois anos, na elaboração e no monitoramento de políticas públicas, porém de encontro aos interesses político e

³ Jus Brasil. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/113260/decreto-807-93>>. Acesso em 13 abr. 2012.

econômico do FMI⁴. Sendo substituído em 1995 por um novo Conselho, o da Comunidade Solidária que surgiu designado a promover uma rede de proteção social de acordo com as recomendações do FMI, sem que houvesse qualquer questionamento às decisões políticas e econômicas. O Conselho da Comunidade Solidária surgiu no início do governo de Fernando Henrique Cardoso, com vinte e um representantes da sociedade civil, dez ministros de Estado e a Secretaria Executiva Sr^a Ruth Cardoso, primeira dama do estado brasileiro (PELIANO, 1993).

De acordo com Pessanha (1998) o Conselho Comunidade Solidária ligou a questão da fome e da segurança alimentar à pobreza, porém como a prioridade do governo era a estabilidade monetária, tal questão não ganhou importância frente às prioridades governamentais.

O único programa de caráter nacional da fase do CONSEA que permaneceu no novo governo, por alguns anos, foi o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos – PRODEA.

Em novembro de 1996 houve a realização da Cúpula Mundial da Alimentação (CMA) ocorrida em Roma com a participação da Comunidade Europeia e mais 185 países. Seu direcionamento foi à erradicação da pobreza, o acesso a alimentos adequados e seguros além de se admitir o caráter múltiplo da segurança alimentar (MALUF, 2006).

O Brasil se comprometeu com a CMA através de um relatório elaborado por uma comissão tripartite (governo, sociedade civil e iniciativa privada), o qual continha em seu texto, um diagnóstico macro das várias situações relacionadas ao tema. Declarava o acesso aos alimentos como direito humano, sendo necessário à promoção da segurança alimentar como ponto principal das estratégias de desenvolvimento.

Devido à estabilização monetária, pela qual passava o país, um reflexo do Plano Real de 1994, o relatório destacou uma melhoria no acesso aos alimentos e na condição nutricional dos mais pobres.

As recomendações de ações futuras provenientes da I Conferência Nacional de SAN (1994), tinham como perspectiva ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir o seu peso no orçamento familiar; assegurar saúde, nutrição e

alimentação a grupos populacionais determinados; assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis. Dessa forma para a concretização das ações seria necessário:

a) dispor de uma política nacional e internacional de segurança alimentar, baseada na articulação e convergência de ações; b) retomar o crescimento econômico com recuperação do poder aquisitivo da população; c) colocar o sistema agroalimentar como objetivo prioritário de políticas públicas e reafirmar a importância da reforma agrária; d) promover modelos sustentáveis e enfrentar problemas “localizados” em determinados ecossistemas; e) atuar, simultaneamente, no consumo insuficiente de alimentos (desnutrição/fome) e na indução de hábitos pouco saudáveis (obesidade); f) ampliar o acesso aos alimentos dos segmentos mais vulneráveis e dispor de uma política de seguridade social; g) promover o consumo de alimentos seguros, respeitando hábitos e práticas alimentares culturalmente construídas (MALUF, 2006, p. 4).

Por se tratar de um procedimento participativo a elaboração do relatório brasileiro trouxe a tona divergências entre os envolvidos, questões que permanecem em debate até os dias de hoje. A maior discordância referia-se a um dos princípios básicos da política do governo brasileiro, que era de compatibilizar segurança alimentar com liberalização comercial, dando destaque às exportações e tendo nas importações um instrumento regulador do mercado doméstico no que se refere a disponibilidade e formação de preços.

A sociedade civil expressou-se insatisfeita com tal critério por julgar que a autossuficiência nacional dos alimentos básicos é a mais adequada solução as suas necessidades, por atribuir conotação estratégica à produção própria frente ao comércio internacional e às regras fixadas na CMA, e valorizar as possibilidades oferecidas pelo desenvolvimento da produção agroalimentar em bases equitativas e sustentáveis comprometidas pela abertura comercial e a desregulamentação dos mercados domésticos (MALUF, 2006).

Houve destaque ainda para os impactos sociais e ambientais do modelo agroexportador que dava suporte a tal política comercial. Outra divergência está relacionada à amplitude e ao ritmo do assentamento de famílias rurais pelo programa de reforma agrária.

Após dez anos da execução da CMA comprovou-se que a elaboração de documentos como o Relatório Brasileiro não surtiu o efeito esperado na prática.

A própria manifestação oficial brasileira na CMA, é preciso dizê-lo, desconheceu o conteúdo do relatório e se limitou a reiterar o costumeiro e monocórdico pleito pela liberalização do comércio internacional como instrumento de promoção da segurança alimentar mundial (MALUF, 2006, p. 5).

Em 1999 ocorreu a aprovação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN, no Ministério da Saúde e no final do governo de Fernando Henrique Cardoso surgiu o Projeto Fome Zero constituído pelo Instituto de Cidadania, sob a coordenação de José Graziano da Silva da UNICAMP, tornando-se em 2003 um programa. O projeto defendia a ideia da retomada do CONSEA, o que ocorreu com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome – MESA, dirigido por seu mentor José Graziano da Silva.

O CONSEA foi retomado em 2003 sob a presidência do sindicalista Luiz Marinho, que promoveu a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em março de 2004, delegando como patronos Josué de Castro e Herbert de Souza, o Betinho. Nesta II Conferência foi definida a SAN como direito de todos terem acesso regular e permanentemente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, respeitando a diversidade cultural e que sejam socioeconômica e ambientalmente sustentáveis.

A Conferência teve como consequência a proposta da criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, a qual estabeleceu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

Segundo Renato Maluf (2007) o tema fome vem à tona novamente seguido de novas expectativas da sociedade brasileira em relação ao Programa Fome Zero. Para o autor o programa apresentou duas inflexões relacionadas às formulações anteriores do enfoque e da institucionalidade da política de SAN.

Na primeira, as ações voltam-se não só para o acesso insuficiente à alimentação pelos segmentos mais pobres, mas ao conjunto dela com um objetivo estratégico a ser alcançado pelas ações diversificadas e políticas públicas. A segunda, diz respeito à institucionalização que criou o MESA em detrimento de uma perspectiva de construir um órgão supraministerial, como defendido nos documentos e movimentos anteriores ao Programa Fome Zero.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, em 2004, incorporou o MESA como Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN e ainda associou às atribuições da política de assistência social, anteriormente vinculada à previdência social, bem como, ao programa Bolsa-Família que se tornou o destaque do MDS.

O Conselho realiza a III Conferência Nacional de SAN em julho de 2007, na cidade de Fortaleza, tendo como resultado a formulação de diretrizes e de prioridades para a construção do SISAN e para a implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Tal lei conferiu ao CONSEA o papel de transformar as deliberações da Conferência em propostas de políticas públicas para o enfrentamento da fome e da miséria.

Vale lembrar que a sociedade civil tem um papel fundamental na efetivação do direito a alimentação, todavia a redução dos deveres do Estado na garantia destes direitos não parece ser um mecanismo de construção democrática desta política na medida em que é necessário um sistema que possa garantir formas seguras e adequadas de acesso a alimentação, exigindo a implantação de políticas públicas com a adoção de medidas que possibilitem o acesso a recursos necessários para a produção e manutenção dos alimentos, além da distribuição e disponibilidade de terra para a produção.

Para Valente (2002) a promoção do desenvolvimento humano nesta perspectiva contribui para a promoção da cidadania em face da indivisibilidade dos direitos humanos e da reinclusão efetiva das populações marginalizadas é uma condição para a segurança alimentar e nutricional, como forma de:

- Promoção da segurança alimentar e nutricional pelo fortalecimento da capacidade das famílias de produzirem ou
- terem acesso à alimentação adequada por meios próprios (reforma agrária, promoção da agricultura familiar, capacitação
- profissionalizante, geração de ocupações produtivas e renda, entre outras) de forma sustentável;
- Promoção de mecanismos de renda mínima, segundo critérios claramente acordados, vinculados à manutenção de crianças em idade escolar na escola e a programas de geração de ocupação produtiva e renda;
- Promoção de programa nacional de construção de habitações populares, em regime de mutirão com famílias em situação de pobreza, em parceria com setor público e privado fornecendo matérias e infraestrutura;
- Mutirão nacional de alfabetização e qualificação profissional;

- Promoções de ações de assistência alimentar às famílias em condições de insegurança alimentar, em articulação com os demais programas mencionados acima, até que as famílias desenvolvam a capacidade de promover sua própria alimentação (VALENTE, 2002, p. 78).

A evolução da questão alimentar e nutricional parte da análise sobre o enfoque da segurança alimentar e nutricional (SAN) que vem sendo construída no país. A SAN estabelece a erradicação da fome e da desnutrição formas mais graves de insegurança alimentar, a qual exige objetivos estratégicos e permanentes de políticas públicas norteadas pelos princípios do direito humano à alimentação adequada e à soberania alimentar.

Então, a segurança alimentar e nutricional tem como objetivo proporcionar o acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficiente sem dano a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que levem em consideração a diversidade cultural, sendo social, econômica e ambientalmente sustentáveis (MALUF, 2006).

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional resulta de um conjunto de ações que visam garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, de forma sustentável, no sentido de promover condições que favoreçam sua conservação em longo prazo. A participação da sociedade civil organizada nas áreas da saúde, educação, trabalho, agricultura, social, meio ambiente, dentre outros, e em diferentes esferas da organização dos sistemas de produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e consumo.

Para que a política de Segurança Alimentar e Nutricional avance em relação às ações e programas desenvolvidos, por esses diferentes segmentos, é preciso estabelecer mecanismos para a intersetorialidade⁵, ou seja, o desenvolvimento de ações conjuntas entre estados e sociedade; buscando equidade, superando as desigualdades econômicas, sociais, de gênero e étnicas; articulação entre orçamento e gestão; abrangência e articulação entre ações estruturantes e medidas emergenciais.

⁵Intersetorialidade – significa ações articuladas e coordenadas, utilizando os recursos existentes em cada setor (materiais, humanos, institucionais) de modo mais eficiente, direcionando-os para ações que obedeçam a uma escala de prioridades estabelecidas em conjunto. Se os diferentes setores do governo e da sociedade civil agirem isoladamente, não teremos uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional efetiva. Recursos dispersos e aplicados sem um planejamento global são mais facilmente desperdiçados ou utilizados por grupos isolados para seus interesses particulares (LEI DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2006, p. 6).

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) permite a atuação, em conjunto, dos órgãos governamentais nos três níveis de governo e as organizações da sociedade civil, na formulação e implementação de políticas e ações de combate à fome e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, além do acompanhamento, monitoramento e avaliação da situação nutricional da população, definindo direitos e deveres do poder público, da família, das empresas e da sociedade (LEI DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2006).

Integram esse sistema a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; o CONSEA, órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República; a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional integrada por Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional; os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN. (Art.11º).

O CONSEA desempenha um papel consultivo e assessoria a Presidente da República na formulação de políticas que garantam o direito humano a alimentação, promove o debate entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para ações voltadas a área de alimentação e nutrição.

Em 2010 foi regulamentada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e a institucionalização da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), pelo decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 sendo que a alimentação passou a ser incorporada aos direitos sociais.

A LOSAN determina que a alimentação adequada é um direito humano indispensável à cidadania e responsabiliza o poder público a informar, monitorar e avaliar sua efetivação. Nesse sentido define que o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) precisa incluir, além do acesso aos alimentos, conservação da biodiversidade, promoção da saúde e nutrição, qualidades sanitária e biológica dos alimentos e promoção de práticas alimentares saudáveis, além da produção de conhecimento com acesso a informação.

A partir do exposto certificou-se que o Brasil vem consolidando políticas e ações para o combate a fome a nível nacional e regional. Há que se considerar que

o conceito de segurança alimentar no país é recente, tendo em vista que se deu de forma efetiva na década de 90.

Verificou-se que o Brasil tem um longo acúmulo de debates e mobilizações em torno do tema da fome e da segurança alimentar. Foram implantadas diversas políticas com várias ações que representam avanços, no entanto existem desafios a serem superados.

Percebe-se uma evolução em relação à questão, na medida em que a discussão ampliou-se e hoje se aborda a segurança alimentar como um direito universal. Ter acesso aos alimentos em quantidade apropriada deve estar situado no conjunto dos mínimos sociais como direito humano que historicamente foi objeto de práticas assistencialistas e paternalistas.

Mesmo com diferentes abordagens, questionamentos e posicionamentos ganhou força no país a visão de que há um problema a ser enfrentado, fortemente determinado pelo modelo econômico consolidado na história do Brasil. Dessa forma o país viu a necessidade da implantação de uma Política de Segurança Alimentar cujo objetivo estratégico é buscar ações que combatam a fome e suas consequências biológicas e sociais.

1.2. A FOME NO BRASIL: PRODUTO DO PASSADO HISTÓRICO, CONSEQUÊNCIA DE UM MODELO BASEADO EM MONOCULTURAS

Para Abramovay (1983) a fome, sob o aspecto biológico deve ser identificada da seguinte maneira: quais são as necessidades nutricionais do ser humano e quais alimentos satisfazem tais necessidades e em que quantidade? Tudo o que se come é transformado em energia para a manutenção das atividades diárias de um indivíduo, portanto, em linhas gerais, uma boa alimentação é aquela em que a energia consumida, sob a forma de alimentos, seja, pelo menos, equivalente à energia gasta no desempenho do organismo.

Como os alimentos não possuem o mesmo poder energético, a medicina os reduziu a caloria, medida comum igual a sua capacidade de produção energética. Uma boa alimentação deve fornecer além das calorias e energia, outras substâncias como as proteínas, vitaminas e minerais, ou seja, este conjunto é indispensável para a boa manutenção do corpo humano. Uma alimentação pode ser rica em calorias,

porém com pouca ou nenhuma presença dessas substâncias, neste caso pode-se dizer que o indivíduo está subalimentado e propício a doenças graves.

Monteiro (2003) determina a fome sob os seguintes aspectos à 'fome aguda' (momentânea), e a 'fome crônica' (permanente), que segundo o autor ocorre pela ingestão de forma indevida na quantidade e qualidade dos alimentos tornando um indivíduo desnutrido ou subnutrido. Uma criança mal alimentada tem seu rendimento escolar comprometido, isso não significa que o mal nutrido tenha um potencial intelectual inferior, porém a fome compromete a capacidade de aprendizagem.

Se é verdade que a maior riqueza de um país é seu povo, o tamanho dessa riqueza depende em grande parte da capacidade deste povo. Neste sentido não há dúvida de que é impossível construir uma grande nação sobre a base de uma massa faminta, pouco instruída e pronta apenas a ser pau-para-toda-obra (ABRAMOVAY, 1983, p.26-27).

Por muito tempo no Brasil a questão da fome foi tratada apenas como um fenômeno biológico e nutricional. Este contexto tomou uma nova dimensão a partir dos estudos e contribuições de Josué de Castro⁶, na medida em que este foi pioneiro ao denunciar seus sintomas no país. Suas obras datam da década de 40, mas permanecem atuais por se tratar de um tema ainda não superado.

Castro (1968) sustenta que a vertente naturalista empregada para explicar as causas da fome, era equivocada. O autor atribuía à fome a própria ação do homem, dada sua forma de conduzir a vida em sociedade. Contestou a teoria Malthusiana, dizendo que a falta de acesso à alimentação não era devido à superpopulação, mas uma consequência de conflitos e interesses políticos.

Segundo o autor a afirmativa feita pelo economista Malthus de que a humanidade estaria fadada a morrer de fome, em face da natureza não ser capaz de produzir recursos de subsistência suficientes para a população era mera frase de efeito. Castro (1968) afirma que sempre houve em todos os tempos os alarmistas e Malthus se destacou devido às ideias socialistas estarem à tona nas primeiras experiências da indústria que traziam temor aos pensadores da época.

Para Castro (1968) Malthus considerou o crescimento da população como uma variável independente, quando se sabe que são diversos os fatores que

⁶Médico, geógrafo, antropólogo e sociólogo, tornou-se presidente em 1952 do Fundo das Nações para Agricultura e Alimentação (FAO), influenciando profundamente a política das Nações Unidas para a alimentação. Disponível em:<<http://www.josuedecastro.com.br/port/index.html>>. Acesso em: mar. 2012.

influenciam na produção de alimentos e que se trata mais de questões econômicas e políticas do que de produção. Isto porque a ciência e a tecnologia aplicada à produção se encarregaram de mostrar que não é um problema decorrente da falta de alimentos, mas de decisões políticas e econômicas. Também os ciclos demográficos tem se alterado em face da própria transformação da sociedade moderna.

Países como Estados Unidos da América, Austrália e Nova Zelândia, inclusive o Brasil, dentre outros, apresentaram políticas de redução da natalidade, contrapondo-se a Malthus declarou Castro (1968). Vale ressaltar que o Brasil tem contribuído para essa estatística, ou seja, ao longo do tempo o país vem apresentando uma considerável redução em sua taxa de natalidade como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 01: Taxa Bruta de Natalidade do Brasil, 1920/2007

PERÍODO	NATALIDADE
1920	45
1930	44,8
1945	44,4
1955	43,2
1965	38,7
1975	34,2
1985	28,99
1995	21,93
2000	21,13
2007	17,06

Fonte: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD109&t=taxas-brutas-natalidade-mortalidade>

Também, o desenvolvimento de novas técnicas de produção, no campo da agronomia dinamizou o cultivo da terra, proporcionando um aumento da produtividade, superando o conceito malthusiano da progressiva redução dos rendimentos do solo e de sua anunciada limitação natural.

Na obra Geografia da Fome, datada da década de 40 do século XX, Josué de Castro mapeou o drama da fome no Brasil dividindo-o em cinco regiões, conforme características alimentares: Área Amazônica, Mata do Nordeste, Sertão Nordestino, Área do Centro-Oeste e do extremo Sul.

Dessas cinco, três foram consideradas áreas de fome: Amazônica, Mata do Nordeste e Sertão Nordestino, onde a população sofria permanente ou ciclicamente as consequências da fome. Destaca-se que das três a região Amazônica foi caracterizada pelo tipo de alimentação do homem amazônico, tendo como princípio

básico desta alimentação o uso da farinha de mandioca, conhecida regionalmente como a farinha d'água, um produto rico em carboidratos, proteínas e fibras, porém pobre em outros nutrientes. Um complemento quase obrigatório na alimentação do paraense, influenciada principalmente pela cultura indígena.

A pesca era e continua a ser um importante componente alimentar na vida dos ribeirinhos da região amazônica por apresentar um variado número de espécies na região. Vale lembrar que além dos peixes de água doce entram também na dieta dos amazônidas, camarões, siris, aviús, caranguejos e ostras, na época da pesquisa de Josué, as tartarugas também eram utilizadas na alimentação, sem a preocupação com sua extinção. O autor constatou que a pecuária na Amazônia era uma prática quase inexpressiva devido à floresta ser um obstáculo à criação de gado, limitando-se a pequenas áreas como a ilha do Marajó na foz do rio, outra no alto Amazonas, na região do Rio Branco, além de parte do Mato Grosso e Goiás.

Porém, o atual contexto mostra que o Brasil alcançou, em 2011, uma produção na ordem de 212.797.824 de cabeças de bovinos, estando o Pará um dos principais estados amazônicos, em quinto lugar em produção, conforme tabela abaixo:

Tabela 02: Ranking do efetivo de rebanho bovino, por unidade da federação 2011

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Nº DE CABEÇAS
BRASIL	212.797.824
1º MATO GROSSO	29.265.718
2º MINAS GERAIS	23.907.915
3º GOIÁS	21.744.650
4º MATO GROSSO DO SUL	21.553.851
5º PARÁ	18.262.547
6º RIO GRANDE DO SUL	14.478.312
7º RONDÔNIA	12.182.259
8º SÃO PAULO	11.024.796
9º BAHIA	10.667.903
10º PARANÁ	9.461.856

Fonte: <http://www.seplan.go.gov.br/sepim/pub/pesq/ppm/rankbovinosufs.html>.

Castro (2007) aponta como uma das causas da fome no Brasil o seu passado histórico, chamando a atenção para o próprio processo de colonização que passou a desenvolver uma política de produção para fornecer alimentos à metrópole de Portugal, tornando-se o país um eficaz exportador de suas riquezas.

A produção estava voltada aos produtos exportáveis e à agricultura extensiva da cana-de-açúcar e mais tarde do café, portanto, não era uma agricultura intensiva

voltada ao atendimento do mercado interno, esta era constituída por uma agricultura de subsistência.

Em tempos atuais Renato Maluf, ex-presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e professor do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade do Rio de Janeiro, em entrevista ao Caderno Rio + 20 de o Globo, publicada em 13 de junho de 2012, defende que o problema da fome está no atual modelo do Agronegócio, baseado em monoculturas.

O professor afirma que o Brasil é um dos grandes países a se destacar na exportação de produtos agroalimentares. No entanto, o modelo agrícola da monocultura de grande escala é produto do passado histórico, causando danos ambientais e a saúde humana, pela concentração de agrotóxicos.

O argumento de Maluf (2012) mostra o não distanciamento do modelo exposto por Castro (2007), o autor contesta a política de incentivo à monocultura voltada à exportação que pelo visto tornou-se vitalícia já que perdura nos dias atuais, sendo a vilã dos problemas de abastecimento interno, com vistas sempre a exportação.

Para Maluf (2012), ainda na mesma entrevista, é necessário que haja uma política agrícola que apoie a agricultura de base familiar e camponesa, de base agroecológica, com vistas a valorizar a diversidade ambiental, regional e cultural. É preciso que o caminho percorrido seja oposto ao atual, aproximando a produção do consumo de alimentos, abandonando o argumento falacioso de projetar o aumento futuro da demanda por alimentos em razão do crescimento populacional e da renda, e que esse aumento requereria a continuidade do modelo atual, como se ele fosse o único capaz de alimentar a população mundial.

Maluf (2012) relata que a desordem entre o agronegócio para a exportação e a agricultura familiar está nos conflitos territoriais e pela terra, entre a monocultura de grande escala e a agricultura de base familiar e camponesa, de onde provém a maior parte dos alimentos que se consome, em diferentes graus, segundo as regiões do país.⁷

Nessa discussão sobre as causas e soluções para a fome destaca-se outro autor, não menos importante, José Graziano da Silva (2003), para ele é

⁷Entrevista concedida em 13/06/2012 ao Globo.com. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio20/o-modelo-agricola-atual-nao-se-sustenta-afirma-renato-maluf-5187050>>. Acesso em dez. 2012.

indispensável políticas específicas para o combate à fome e às desigualdades sociais. Primeiro, pela necessidade de se conscientizar o direito a alimentação como parte inalienável dos direitos fundamentais do homem. O acesso à alimentação não pode se restringir a princípios filantrópicos nem clientelistas e populistas de esquerda ou de direita, é um dever do Estado. A segunda deve-se à razão de se estruturar políticas específicas de combate à fome a necessidade de se romper o círculo vicioso que a liga à exclusão.

A fome é consequência, mas também causa da pobreza. “Ela compromete a construção da cidadania e danifica o futuro – de forma irreparável – pela erosão do desenvolvimento infantil. Uma pessoa com fome pode até trabalhar, mas não tem produtividade; uma criança com fome pode até ir para a escola, mas não aprende” (SILVA, 2003, sp).

Na visão do autor uma importante dinâmica diferenciada no desenvolvimento de uma nova arquitetura das políticas sociais é a participação. Política pública sem participação social engatinha em meio à corrupção e resultados insignificantes. Já o oposto consente ao indivíduo, à família, à comunidade e à região protagonizarem sua própria emancipação. Diferente da falta de autonomia que o assistencialismo e a caridade provocam.

O Brasil tem fomes: de educação; de terra; de empregos e, principalmente, de direitos de participação. A ausência da sociedade organizada com voz ativa gerou um déficit estrutural de democracia.

[...] portanto, não é apenas um fenômeno estatístico ou biológico. Mas também político. Não é só atraso no acesso aos bens de consumo, mas privação de cidadania. Vale dizer, é consequência estrutural de um modelo de desenvolvimento que gera privilégios e privações à medida que se expande, ou se retrai, sem regulação social. Por isso, em muitos lugares deste país, a luta contra a fome tem como requisito fundador, literalmente, dar a luz à sociedade civil organizada. Sem ela a desigualdade não será vencida – nem mesmo com a retomada do crescimento (SILVA, 2003, sp).⁸

No sentido de “dar a luz à sociedade organizada” é que se destaca um órgão relevante no processo de combate a insegurança alimentar. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura ao qual tem como compromisso:

⁸SILVA, J.G. **Segurança alimentar: uma agenda republicana.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200004. Acesso em: Nov.2012.

A FAO trabalha no combate à fome e à pobreza, promove o desenvolvimento agrícola, a melhoria da nutrição, a busca da segurança alimentar e o acesso de todas as pessoas, em todos os momentos, aos alimentos necessários para uma vida saudável. Reforça a agricultura e o desenvolvimento sustentável, como estratégia a longo prazo, para aumentar a produção e o acesso de todos aos alimentos, ao mesmo tempo em que preserva os recursos naturais.⁹

De acordo com a Organização ao longo do tempo houve uma considerável redução no número e prevalência de pessoas subnutridas no mundo: 1990-1992 (1015 milhões, 19%); 2000-2002 (957 milhões, 15%); 2005-2007 (907 milhões, 14%); 2008-2010 (878 milhões, 13%) e 2010-2012 (842 milhões, 12%).¹⁰

No Brasil entre 1990 e 1992 o país possuía uma população da ordem de 152.1 milhões de pessoas; nesse período o número de subnutridos era de 23 milhões e a prevalência da subnutrição de 15%. Entre 1999 e 2001 o país, com uma população de 174.4 milhões, apresentava 21 milhões de subnutridos, a prevalência da subnutrição era de 12%. Nos anos de 2004-2006 a população brasileira era de 185. 9 milhões com 16 milhões de subnutridos a prevalência da subnutrição era de 9%. Em 2007-2009 o país com uma população de 191.5 milhões possuía 15 milhões de subnutridos com prevalência da subnutrição em 8%. Entre 2010-2012 a população total do país corresponde a 196.7 milhões de brasileiros com 13 de subnutridos, prevalência de 7%.¹¹

É certo que os dados mostram uma redução nos indicadores da fome no país; se em 2009 tínhamos cerca de 8% de subnutridos esse número caiu para 7% em 2012, todavia está longe de se afirmar sua erradicação. Há a necessidade de se concentrar esforços principalmente nos bolsões de miséria ainda existentes no Brasil. Trata-se na realidade de uma reparação dos processos brutais de concentração de terras e renda, para favorecer uma burguesia nacional extremamente individualista que subsiste sobre um trajeto de usurpação de terras e de poder econômico e social. Não se atribui a falta de acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para a população brasileira a questão da produção, mas a dificuldade em adquiri-los.

⁹FAO: Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/quemSomos.asp>>. Acesso em: jul.2012

¹⁰FAO: Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em <<http://www.fao.org/hunger/es/>>. Acesso em: jul.2012

¹¹FAO: Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em: <<http://www.fao.org/hunger/hunger-home/es/>>. Acesso em: jul. 2012.

Em relação à produção de alimentos no Brasil, os dados do IBGE (2012) mostram a estatística da produção agrícola correspondente ao mês de maio de 2012, a quinta avaliação da safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas aponta uma produção da ordem de 160,3 milhões de toneladas, superior em 0,1% à obtida em 2011 (160,1 milhões de toneladas). A área colhida em 2012 está avaliada em 49,9 milhões de hectares, apresentando um acréscimo de 2,5% frente à área colhida em 2011 e uma redução de 0,7% frente ao mês anterior (IBGE, 2012).¹²

A distribuição do volume da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas entre as regiões ocorre de forma desigual, pois a Região Centro-Oeste foi destinada 66,1 milhões de toneladas; a Região Sul, 57,0 milhões de toneladas; a Região Sudeste, 18,6 milhões de toneladas; enquanto a Região Nordeste, obteve cerca 14,0 milhões de toneladas e a Região Norte, 4,6 milhões de toneladas. Comparativamente à safra passada, são constatados incrementos nas Regiões Norte de 4,6%, Sudeste de 8,2% e Centro-Oeste de 17,8% e decréscimos nas Regiões Sul de 16,0% e Nordeste de 3,5%, o que pode ser atribuído a fatores relacionados as desigualdades regionais, como a falta de acesso do pequeno produtor rural a serviços de ordem técnica, de crédito e de insumos para a produção.

Segundo o Ministério da Agricultura¹³, o Brasil, nos últimos anos, se firmou como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos e fibras. Isso se deu por um conjunto de fatores como: investimentos em tecnologia, a extensão territorial das áreas cultiváveis, o clima propício e ainda a qualidade dos produtos. O Brasil exporta para mais de 180 países, dos quais a China, a União Europeia e os Estados Unidos são os seus principais compradores, além dos países do MERCOSUL.

Neste sentido, a fome no Brasil está ligada efetivamente ao processo de concentração de terras em consequência da produção voltada a suprir demandas do mercado internacional, isso se deve à expansão do agronegócio baseado na agricultura patronal, o modelo vigente do meio rural brasileiro voltado principalmente para a produção de *commodities*¹⁴.

¹²Indicadores IBGE: Estatística da Produção Agrícola maio de 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/estProdAgr_201205.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2012.

¹³Ministério da Agricultura. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/exportacao/alimentos>>. Acesso em: 8 abr. 2012.

¹⁴ O termo é usado como referência aos produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades

No caso da soja segundo a EMBRAPA (safra 2010/2011) a produção foi de 263,7 milhões de toneladas no mundo, com uma área plantada de 103, 3 milhões de hectares. Na América do Sul a produção foi de 135,7 milhões de toneladas com uma área plantada de 47,5 milhões de hectares. Nos EUA o maior produtor mundial do grão, a produção foi de 90,6 milhões de toneladas, com uma área de 31,0 milhões de hectares e no Brasil o segundo maior produtor de soja, a produção foi de 75,0 milhões de toneladas com uma área plantada de 24,2 milhões de hectares,¹⁵ sendo o Mato Grosso o maior produtor brasileiro. Sua produção é da ordem de 20,4 milhões de toneladas, tendo enquanto área plantada 6,4 milhões de hectares. Seguido do Paraná com 15, 4 milhões de toneladas e 4,6 milhões de hectares de área plantada. A exportação no Brasil do complexo de soja em 2010 se apresenta da seguinte forma: Total das exportações: US\$ 17,1 bilhões; Exportação de grão: US\$ 11,0 bilhões (29,1 milhões t); Exportação de farelo: US\$ 4,7 bilhões (13,7 milhões t); Exportação de óleo: US\$ 1,4 bilhões (1,6 milhões t).

É importante perceber que a monocultura da soja tem contribuído para elevação da taxa de exportação em contraposição com o crescimento das áreas de plantio deste produto há, como efeito, a redução da produção da agricultura familiar voltada ao consumo do mercado doméstico; outra característica a se destacar é a formação dos chamados desertos verdes, mais uma consequência da expansão do agronegócio, que segundo Campos e Campos (2007) vem causando impactos ambientais irreversíveis com a devastação de biomas no país, com o Cerrado e a Amazônia sendo os mais atingidos. Neste sentido, Santos (2001) defende que a agricultura familiar apoiada por políticas públicas pode ser responsável por um desenvolvimento descentralizado e com vistas a sustentabilidade.

1.3. ESTRUTURA AGRÁRIA NO BRASIL DETERMINADA PELAS RELAÇÕES HISTÓRICAS DE PODER

e por diferentes produtores. Estes produtos "in natura", cultivados ou de extração mineral, podem ser estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade. Possuem cotação e negociabilidade globais, utilizando bolsas de mercadorias. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1955&refr=608>>. Acesso em: 12 dez.2012.

¹⁵EMBRAPA: Soja. Disponível em: <http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?cod_pai=2&op_page=294>. Acesso em: mai. 2012.

A estrutura agrária brasileira caracteriza-se pela força da grande concentração da propriedade fundiária, sabe-se que desde o período colonial a utilização da terra no Brasil ocorre em benefício de uma reduzida minoria. Decorrido um longo período tal estrutura permanece enraizada na complexa relação do campo.

A questão agrária brasileira remete-se as relações históricas de poder, com um abismo social vigente de uma população rural privada da livre disposição da terra, o qual está a serviço dos grandes proprietários e em situação de submissão.

De acordo com Celos (2007) a questão agrária tem como elementos principais a desigualdade, o conflito e a contradição. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, produzido pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato e, conseqüentemente, a sua destruição e recriação, e assim ocorre a concentração da terra e a luta pela terra, ocasionando o conflito. Esse processo está ligado ao capitalismo e faz parte de sua lógica e de sua história.

Discutir a questão agrária é evidenciar o quanto a relação do campo influencia não só a vida rural como também a urbana. Segundo Silva (1980) durante as décadas de 50, 60 e 70 a questão agrária era um tema pouco discutido, em princípio por ser considerada atrasada e tida como um obstáculo ao desenvolvimento industrial, posteriormente pelo período de repressão e desenvolvimento econômico acelerado conhecido como o Milagre Brasileiro, o qual causou a falsa impressão de que a questão agrária teria sido resolvida isso devido ao aumento da produção agrícola.

Hoje a questão agrária ganhou maior visibilidade, pois às relações de produção capitalista no campo se intensificaram, gerando impactos negativos sobre a população rural, as modernas tecnologias que reduzem a aplicação da força de trabalho humano, bem como transformações no nível de emprego e de renda da população rural.

O desenvolvimento tecnológico proporcionado pelas grandes empresas capitalistas, na agropecuária brasileira, nos anos sessenta e setenta foi mais acelerado do que nas décadas anteriores, acabando com milhares de pequenas unidades de produção, aumentando a concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários, agravando os conflitos entre grileiros, posseiros, fazendeiros e índios.

Silva (1980) chama de 'industrialização' no campo, que se traduz como penetração ou 'desenvolvimento do capitalismo no campo', contribuindo para a superação das formas mais simples de produção (imposta pela natureza). 'Como se

o sistema capitalista passasse a fabricar a natureza que fosse adequada à produção de maiores lucros' (SILVA, 1980, p. 6).

Segundo o mesmo autor acima citado a terra é o principal meio de produção de alimentos e da agricultura, por não ser um meio reprodutível, ou complicado de se reproduzir, as formas de sua apropriação têm gerado conflitos no decorrer da história. Sua apropriação de forma privada dá ao dono o direito de usufruí-la da forma que lhe for mais conveniente, ou até mesmo de não usá-la. Assim, a estrutura agrária entra no jogo da produção de alimentos e, em consequência, nos processos de insegurança alimentar.

A luta dos trabalhadores rurais pela terra é antiga e questionada em face das reivindicações sobre a alteração da estrutura fundiária do país, muitos acreditam que a discussão é apenas pela reforma agrária ou a conquista de melhores salários, mas para Silva (1980) esse debate, caloroso, deve-se ao fato de que há quem declare que os trabalhadores rurais são 'assalariados disfarçados' que buscam melhores salários e não terra. No entanto, o autor afirma que os trabalhadores rurais buscam melhores condições de trabalho do qual possam desfrutar dos frutos de seu próprio trabalho.

A reforma agrária é a reivindicação maior dos trabalhadores do campo, sem acesso a terra estes acabam se submetendo a baixos salários, trabalhos temporários, como forma de garantir a subsistência de suas famílias.

Ressalta-se que essa luta não é apenas dos trabalhadores rurais, mas também uma luta da classe trabalhadora em geral, como bandeira de luta política. A luta não é apenas pela redistribuição das terras, mas também contra a concentração de riquezas, onde os trabalhadores anseiam pela transformação nas estruturas políticas e sociais do campo, com a eliminação do latifúndio.

O que impera no campo é que as políticas agrícolas operam conforme aspirações dos grandes capitais, destacando as indústrias e os bancos, sendo os grandes proprietários de terras os maiores beneficiados. Segundo Silva (1890) a política de crédito rural ilustra o que o autor chama de 'Tríplice Aliança', um pacto entre indústria, bancos e latifundiários. Somente os grandes proprietários têm acesso ao crédito uma vez que a burocracia bancária é uma forma de restringir esse acesso ao pequeno produtor rural.

Silva (1980) destaca ainda como reivindicação dos trabalhadores rurais, a luta dos posseiros, os quais o autor chama de posseiros itinerantes, localizados na

fronteira agrícola das regiões Norte e Centro-Oeste, que resistem à grilagem de terras, uma das maneiras pela qual os grandes proprietários aumentam suas propriedades. O questionamento se dá não só pela maneira como se detém a posse da terra, mas também com o sentido de sua ocupação. Para o autor o "posseiro itinerante" não valoriza a terra como uma forma de propriedade e sim como um instrumento de trabalho do qual precisa para sobreviver.

A oposição dos posseiros contra os grileiros (que em sua maioria são as grandes empresas multinacionais) é justificada pelo uso da terra de forma não produtiva. Eles, em tese, almejam uma posição mais concreta do estado, de modo a efetivar a titulação de suas terras para que nela viva e trabalhe.

Essa ação deveria impedir, acima de tudo, que os programas e iniciativas governamentais visando ao progresso social nas regiões de fronteiras (estradas, etc.) se transformem em meios de enriquecimento de poucos e prejuízo de muitos, como acontece hoje na Amazônia (SILVA, 1980, p. 38).

Para Prado Jr. (1981) é necessário fazer a relação de efeito e causa entre as péssimas condições de vida da população rural brasileira e o tipo vigente de estrutura agrária do país, evidenciar para que lado se direciona à solução do problema.

De um lado os grandes proprietários de terras e fazendeiros, cuja exportação de suas monoculturas geram lucros e sobrelucros consideráveis e, de outro, os trabalhadores sem terra ou com quantidades inexpressivas ou mesmo a falta de condições para cultivá-la, restando-lhes uma prática agrícola de subsistência. A diferença não está apenas nas condições de vida desses diferentes seguimentos, mas na posição que ocupam frente às atividades agrárias.

Não há que se negar o êxito na agropecuária brasileira, basta observar a riqueza que proporcionou no passado a seus empreendedores como os senhores de engenho do nordeste, seringalistas da Amazônia, cacauicultores da Bahia, fazendeiros de café do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, pecuaristas do Rio Grande do Sul, entre outros. O sucesso da exploração agrária no Brasil se deu primeiro pela disponibilidade relativamente abundante de terras e depois pela massa da população rural utilizada como mão-de-obra (CAIO PRADO JÚNIOR, 1981).

No entanto tal êxito não significou qualidade de vida ao trabalhador do campo, pelo contrário sua exploração aumentava conforme aumentava a riqueza dos

grandes proprietários. A tecnologia avançava assim como avançava a necessidade dos grandes latifundiários de acumular capital.

O progresso técnico ao qual visa maior rentabilidade não pode constituir por si fator de elevação do padrão de vida do trabalhador rural. Basta observar que sua remuneração e suas condições de trabalho não se diferenciam nas propriedades que adotam ou não acesso a tecnologias avançadas de exploração de terra.

O que define e fixa a remuneração do trabalho é o equilíbrio do mercado de mão de obra, ou seja, a relação de oferta e procura. Tal relação não se transforma enquanto os trabalhadores rurais não encontrarem outra alternativa, que não seja a de oferecer sua força de trabalho a uma classe reduzida de grandes proprietários e fazendeiros, os quais monopolizam o acesso e uso das terras.

A população rural brasileira apesar de estar ligada a terra para dela tirar seu sustento não tem liberdade de usufruir desta, de modo suficiente para suprir suas necessidades, sendo obrigada a trabalhar em benefício dos que a concentram. As atividades econômicas do campo não visam beneficiar o trabalhador rural e sim a interesses comerciais, ou seja, necessidades alheia aos que vendem sua força de trabalho no campo, ou mesmo daqueles que pequenos produtores que conseguem permanecer no campo.

Para Prado Jr. (1981) existe um rigoroso dualismo nas atividades rurais: de um lado o que se tem é um produto de alta expressão comercial com objetivo de alta lucratividade, representado pelos grandes proprietários, de outro as atividades subsidiárias visando à produção de gêneros de subsistência, ao qual está a população trabalhadora utilizada como efetiva ou potencial mão-de-obra.

Tal dualidade se expressa de maneira bem diferenciada, enquanto os grandes proprietários enxergam a terra apenas como um negócio rentável preocupados com as oscilações do mercado agindo como verdadeiros comerciantes, o camponês cuida e tem amor a terra, cuida de sua plantação porque sabe que é dela que lhe provém seu sustento (PRADO JR. 1981).

Esse dualismo deve ser entendido como uma oposição de ordem social, já que representa um paradoxo no que se refere a relação no campo. Nesse contexto vale ressaltar a importância da agricultura familiar que vem sendo fortemente discutida.

Várias terminologias já foram utilizadas para definir um dos atores que compõem a relação no campo: pequeno produtor, camponês, agricultor de subsistência, agricultor familiar.

Abramovay (1992) aponta diferenças no interior das sociedades capitalistas entre a agricultura familiar e o campesinato clássico. Para ele os camponeses podem ser classificados como sociedades parciais com uma cultura parcial, ligados de forma incompleta a mercados imperfeitos, sem que se contabilize a produção. Diferente do agricultor familiar que está integrado ao mercado sendo capaz de incorporar tecnologias e responder as políticas governamentais, ou seja, segundo o autor, o modo de vida deu lugar a uma profissão, a um trabalho. Na visão de Abramovay a agricultura familiar surgiu como uma nova categoria gerada a partir das transformações vivenciadas pelas sociedades capitalistas.

Segundo o autor acima citado do ponto de vista da teoria de Marx a respeito do campesinato não há como definir um conceito definitivo sobre o que é o camponês em sua obra "O capital". Podem-se conceituar duas classes, a operária e a burguesa, no entanto o campesinato não é uma expressão de caráter preciso, exato, pois não é possível defini-la no corpo de categorias que determinam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo.

Marx designava o campesinato como 'operários fundiários', para ele tais operários só despontavam como terceira classe na medida em que a eles correspondia um rendimento em que a origem é a mais-valia social, pensava ainda que, se ao camponês fosse atribuído lucro ele se tornaria um capitalista e se a ele fosse repassado um salário, vivaria um proletário. Dessa forma, por não se determinar de fato a natureza e a origem de seus rendimentos, o conceito de camponês em "O Capital" está ausente. No Marxismo, as duas classes capazes de incorporar nelas mesmos elementos básicos de organização contemporânea seriam a burguesia e o proletariado, e somente elas são nesse sentido consideradas classes e possuem a universalidade de conceito (Abramovay, 1992).

Na concepção de Wanderley (1996) a agricultura familiar está em pleno desenvolvimento ligada a raízes históricas, ao qual incorpora múltiplas situações específicas, de modo que o campesinato é uma dessas formas. A modernidade pelo qual a agricultura familiar vem passando não deve ser entendida como uma radical ruptura das formas camponesas, sendo as características camponesas responsáveis por manter a agricultura familiar fortalecida para assim adaptar-se às

novas exigências. O agricultor familiar brasileiro ainda carrega marcas camponesas, já que continua dependendo de suas próprias forças.

De acordo com Veiga (2002) em muitos países desenvolvidos a agropecuária é uma atividade de cunho familiar, já no Brasil seu caráter é patronal, que traz em sua essência, o desprezo, descaso e a intolerância dos grandes proprietários pelas formas familiares de uso e propriedade da terra.

Dentre as discussões a respeito da questão agrária no Brasil um dos elementos em comum é a dinâmica a que se dá a estrutura fundiária do país, cujo processo histórico é marcado pela concentração da propriedade fundiária, com grandes proprietários de um lado ao qual a utilização da terra se constitui como um negócio, do outro lado o trabalhador rural que tem na terra sua fonte de subsistência. As relações de trabalho no campo são marcadas pela exploração e violência, de modo que a hegemonia do latifúndio garante mão-de-obra a custos mínimos, contribuindo para a acumulação de capital.

CAPÍTULO II

**ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ: UMA
REGIÃO DE RIQUEZAS NATURAIS
E PROBLEMAS SOCIAIS**

2.1. ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ: INDICADORES ECÔNOMICOS E SOCIAIS

2.1.1. MARAJÓ: ASPECTOS HISTÓRICOS

Situado no Estado do Pará, o arquipélago do Marajó é uma das regiões mais ricas do país quando se trata de recursos hídricos e biológicos, constitui-se por um conjunto de ilhas formando a maior ilha fluvio-marítima do mundo, com 49.606 Km².

Composto por 16 municípios, o Marajó é dividido em 3 microrregiões: microrregião do Arari formada pelos municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure, microrregião dos Furos de Breves, com Afuá, Anajás, Breves, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista e, por fim, a microrregião de Portel aos quais compreende os municípios de Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel, juntos, representam 6,4% da população paraense (487 mil hab.) com 57% de sua população vivendo na área rural (IDESP, 2012).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (PDTSAM, 2007) a ocupação humana marajoara se deu a muito tempo. Somente recentemente passou-se a conhecer outros tipos de ocupações, anteriores e posteriores àquela que veio a ser chamada de Fase Marajoara.

As culturas pré-coloniais do Marajó são extremamente importantes porque a ilha parece ter favorecido um modo de vida sedentário desde épocas bastante remotas (pelo menos 5.000 A.P. se considerarmos os sambaquis), tendo assistido à chegada de outros contingentes populacionais e crescimento cultural quase ininterrupto até a chegada dos europeus no século XVI. O desenvolvimento de sociedades complexas a partir do século V (cultura marajoara) precede desenvolvimentos similares no restante da bacia Amazônica, onde sociedades complexas surgem cinco séculos mais tarde.

A ilha do Marajó foi descoberta pelo espanhol Vicente Pizón e batizada como Ilha Grande de Joanes, recebeu o nome de Marajó em 1754, que em tupi significa 'barreira do mar'.

Durante guerras entre portugueses e os Aruãs ou Aruac e Nhambiquaras ocorridas na época da colonização grande parte da população indígena foi exterminada, era o povo indígena que habitava a então ilha Grande de Joanes. Tal

população foi escravizada pelos portugueses que dominaram grandes áreas de terras por meio de concessões de sesmarias.

Ainda no período colonial a região Amazônica integrou-se ao mercado mundial como frente de exploração mercantil, o que contribuiu para a evolução socioeconômica da mesorregião do Marajó, o qual apresentou êxitos e fracassos, tendo como base a pecuária e o extrativismo. Vale ressaltar que a agricultura também apresentou algum desenvolvimento nessa época.

As fazendas e engenhos do século XVIII e XIX continuaram a utilizar-se largamente do trabalho de escravos e indígenas. Nas fazendas de gados e búfalos era utilizada como força de trabalho tanto escravos quanto homens livres, estes últimos indígenas e mestiços. A resistência à escravidão mediante fugas deu origem à formação dos quilombos e mocambos nas várias regiões do arquipélago.

Segundo o PDTSAM (2007) ao qual cita Gomes (2005) baseado em documentos históricos, verifica-se que no decorrer do século XVIII foram muitas as situações e movimentos de fugas da população escravizada, composta tanto por negros quanto por índios. Em 1823, a população de negros, indígenas e mestiços na ilha correspondia a mais de 80% da população local.

A coleta da borracha, da castanha do Pará, do timbó, da madeira e da pesca dinamizava a economia, sendo que a agricultura era desenvolvida apenas para o consumo local. As atividades extrativistas foram responsáveis por determinar a localização da população da ilha, ao qual se distribui por pequenos povoados, quase sempre localizados nas confluências dos rios e igarapés. Tais povoados raramente contavam com mais de 200 habitantes que se dispersavam durante a safra da borracha.

Os descendentes dessa população de índios e negros que desenvolvem atividades como extratores, roceiros e pescadores, lutam para permanecer em seus territórios ocupados centenariamente ou o fazem muitas vezes nos meandros das fazendas nos campos do Marajó.

A pecuária na Amazônia até a década de 60 era praticada apenas em campos naturais, como os campos aluviais do Marajó, onde a exploração pecuária data do século XVII. Os latifúndios, surgidos nestas zonas, passaram por herança aos proprietários atuais.

O caráter histórico de manutenção desses latifúndios aparece também nas relações de trabalho. Os atuais vaqueiros e capatazes descendem, na maioria, de

antigos escravos que passaram tecnicamente à condição de agregados e dependentes após 1888. O pagamento de seus serviços se dá parcialmente em espécie, parcialmente em autorizações para pesca, caça e extrativismo, bem como para a agricultura de subsistência e para a pecuária em pequena escala nos domínios do patrão. Ademais, não é rara a prática do aviamento, isto é, do endividamento do vaqueiro no armazém da fazenda¹⁶.

Em 1970 surge um novo sistema pecuário, também com base no latifúndio, porem com pastagem cultivada em áreas desmatadas. Tal processo de substituição ecológica acarretou numa queda expressiva da participação do latifúndio tradicional no rebanho total da Amazônia. No Pará, por exemplo, de 1974 a 1994, o rebanho bovino cresceu em 547%, sendo que no mesmo período a participação dos latifúndios tradicionais marajoaras caiu de 38,13% para 6,86%.

A produtividade comparativamente baixa dos latifúndios tradicionais e os baixos lucros que proporcionam – de US\$2,00 a US\$7,00 por hectare/ano contra US\$14,00 por hectare/ano nas fazendas com pastagem cultivada tem colocado o latifúndio tradicional em desvantagem com relação ao latifúndio recente. Soma-se a isto o inevitável parcelamento da terra por meio de herança – problema pouco expressivo nas zonas de expansão agropastoril.¹⁷

Os ribeirinhos apresentam um padrão de distribuição humana que ocorre ao longo dos cursos dos rios e igarapés, as atividades econômicas destes se caracterizam pela extração de madeiras brancas (virola, pau mulato, sumaúma), do açaí (fruto e palmito), da borracha, pela pesca de peixes e camarões, e pela produção de produtos agrícolas, voltados principalmente para o consumo familiar (milho, melancia, arroz). Nos municípios onde a resistência dos ribeirinhos não foi de forma efetiva, para possuírem o domínio sobre a terra onde vivem, é possível detectar relações de trabalho como as existentes na época da borracha.

A população marajoara em sua maioria é posseira nas áreas que efetuam suas atividades produtivas. No final do século XIX e início do século XX, houve uma acentuada migração de nordestinos para esta região com propósito de extrair o látex para a fabricação de borracha, principal produto econômico durante décadas na Amazônia. A penetração para a retirada da matéria prima (látex) foi um elemento

¹⁶ Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio129.pdf>. Acesso em: agosto 2013.

¹⁷ Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio129.pdf>. Acesso em: agosto 2013.

fundamental para a delimitação das posses, na decadência do ciclo da borracha o palmito e a madeira passaram a ser os referenciais para o estabelecimento de limites em relação às posses.

A regularização fundiária dos imóveis situados nas ilhas é um verdadeiro desafio, tanto para o poder público quanto para a população local. A legislação não se adéqua a realidade amazônica, sendo que as populações tradicionais não encontram amparo no ordenamento jurídico brasileiro, pois este não esclarece qual a modalidade de regularização fundiária permite o uso sustentável dos recursos naturais. A desordem fundiária é característica da região amazônica em geral, e do estado do Pará em particular, onde mais de trinta milhões de hectares de terra foram grilados (PDTSAM, 2007).

2.1.2. MARAJÓ: ASPECTOS SOCIAIS/IDEPS (2012)

I. Vulnerabilidade de Renda/IDESP (2012)

Tabela 03: Renda Média Domiciliar Marajó 2010

Municípios	Rendimento domiciliar, reais (Média)		
	Total	Urbana	Rural
Brasil	2505,44	2.740,33	1.094,79
Pará	1725,3	2.076,05	875,44
Afuá	834,27	1.503,52	547,28
Anajás	941,03	1.445,08	600,52
Bagre	930,78	1.251,44	667,48
Breves	1078,15	1.361,57	723,99
Cachoeira do Arari	605,88	967,82	495,49
Chaves	961,52	906,12	969,67
Curralinho	991,09	1.346,32	743,94
Gurupá	1011,06	1.279,38	856,51
Melgaço	820,77	1.440,79	599,58
Muaná	1100,9	1.242,38	987,31
Ponta de Pedras	1089,17	1.427,47	726,2
Portel	1019,9	1.450,66	560,33
Salvaterra	1099,85	1.330,69	673,94
Santa Cruz do Arari	823,56	919,92	732,33
São Sebastião da Boa Vista	952,14	1.311,37	665,5
Soure	1220,37	1.242,53	1007,85

Fonte: IBGE, 2010.

Os municípios do Marajó apresentam uma população com renda média domiciliar menor que a média paraense, tanto na área urbana quanto na área rural. Cachoeira do Arari (R\$ 495,49) na área urbana e Chaves (R\$ 906,12) na área rural

possuem as menores rendas domiciliares. Na área rural o município de Santa Cruz do Arari tem a maior concentração de domicílios sem rendimento (10,1%), e na área rural todos, exceto Bagre, São Sebastião da Boa Vista e Soure, concentram domicílios sem rendimento menos que a média paraense. Os municípios de Afuá e Portel concentram mais de 25% dos domicílios sem renda alguma.

Há um percentual expressivo de domicílios com renda média de até 1 salário mínimo tanto na área urbana quanto na área rural tendo maior concentração em chaves (36,9%) na área urbana e São Sebastião da Boa Vista (52,5%). Na área rural todos os municípios apresentam mais de (27%) dos domicílios com renda de zero a 1 salário mínimo.

Em relação à concentração de domicílios que vivem com renda média de 3 a 10 salários mínimos os menores percentuais na área urbana são em Santa Cruz do Arari e Cachoeira do Arari. Na área rural Portel apresentou menor concentração. Entre os domicílios com renda média de mais de 10 salários mínimos na área urbana, Afuá possui o maior percentual, na área rural Chaves apresenta o maior percentual com 2,1% dos domicílios.

O Marajó apresenta maioria de domicílios com renda baixa tanto na área urbana quanto na área rural, situação alarmante principalmente no que diz respeito a áreas rurais, já que se trata de municípios com maior contingente populacional na área rural.

Tabela 04: População abaixo da linha da Pobreza e Extrema pobreza Marajó 2010

Estado/Municípios	População pobre e extremamente pobre e taxa de pobreza e extrema pobreza (%)			
	População pobre	Taxa de pobreza	População extrema pobreza	Taxa de extrema pobreza
Pará	2.916.600	38,7	1.464.223	19,42
Afuá	24.923	71,4	16.110	49,5
Anajás	16.934	68,6	9.550	40,2
Bagre	14.576	66,7	6.808	35,7
Breves	57.255	62,1	2.958	35,7
Cachoeira do Arari	19.327	73,2	13.545	45,2
Chaves	15.133	72,1	3.646	49,3
Curralinho	18.139	65,3	3.159	37,8
Gurupá	18.332	63,3	9.587	36,6
Melgaço	19.259	77,8	9.521	51,4
Muaná	20.308	59,4	17.416	27,9
Ponta de Pedras	15.192	58,8	21.491	34,7
Portel	34.521	66,7	12.206	43,5
Salvaterra	9.517	47,4	2.778	25,2
Santa Cruz do Arari	5.392	66,2	5.152	36,6
São Sebastião da Boa Vista	13.901	60,8	511	29,8
Soure	10.509	45,9	13.981	22,4

Fonte: IBGE Censo 2010
Elaboração: IDESP

Segundo o IDESP (2012) a linha de pobreza adotada foi “pessoas vivendo em domicílios com renda média menor que 140 reais *per capita*” e de extrema pobreza, “pessoas vivendo em domicílios com renda média menor que 70 reais *per capita*”. Soure e Salvaterra apresentam taxas de pobreza abaixo de 50% da população total. Além de possuírem as menores taxas de extrema pobreza. Melgaço é o que possui a maior taxa de pobreza (78%) e extrema pobreza (51%). Existe maior concentração da população abaixo da linha da pobreza na área rural, como: (86%) em Melgaço, (89%) em Chaves e (86%) em Afuá. O município que concentra a população pobre na área urbana é Soure, 90% haja vista que apresenta uma elevada concentração da população na área urbana (91,4%).

Todos os municípios do Marajó possuem taxas de pobreza e extrema pobreza acima das respectivas médias estaduais desses indicadores. Os dados mostram uma visível problemática em relação à insegurança alimentar, tendo em vista que o acesso diário a uma alimentação adequada depende em grande parte do poder aquisitivo das famílias, isso significa que o enfrentamento se dá com o aumento da renda das populações mais carentes e a aplicação de políticas de combate a pobreza e desigualdades sociais.

Nessa perspectiva os programas de renda mínima a famílias em situação de vulnerabilidade social são relevantes na medida em que reduzem os riscos da insegurança alimentar, porém se implementados de forma isolada não conseguem resolver o problema. É necessário que juntamente com tais programas ocorram investimentos na geração de emprego e renda, reforma agrária, políticas de incentivo a agricultura familiar para o auto consumo e para a comercialização com o fornecimento de insumos necessários ao seu desenvolvimento.

As ações de segurança alimentar devem apresentar-se como elemento constituinte de uma associação entre diferentes políticas, com vistas a promover a garantia de pleno acesso a alimentação, promovendo a inclusão das populações expostas a condições que limitam o direito humano à alimentação adequada, este é um desafio político, ético e moral.

II. Vulnerabilidade de Trabalho

Tabela 05: População Economicamente Ativa Marajó2010

Estado/Municípios	População Economicamente Ativa (%)			
	10 a 17 anos	17 a 29 anos	30 a 64 anos	65 anos ou mais
Pará	5	32	61	3
Afuá	7	34	57	2
Anajás	15	34	47	4
Bagre	13	38	47	3
Breves	16	35	47	2
Cachoeira do Arari	12	35	51	3
Chaves	8	31	57	4
Currálinho	14	33	49	4
Gurupá	13	35	50	3
Melgaço	15	34	48	4
Muaná	13	36	48	3
Ponta de Pedras	9	36	54	2
Portel	6	34	57	3
Salvaterra	13	36	48	3
Santa Cruz do Arari	6	31	60	3
São Sebastião da Boa Vista	4	37	57	2
Soure	9	36	52	3

Fonte: IBGE Censo 2010

Elaboração: IDESP

Entre a população de 10 anos ou mais, as pessoas que estão ocupadas ou realizaram algum esforço a procura de trabalho, encontra-se a População Economicamente Ativa (PEA) que nos municípios do Marajó está mais concentrada, mas faixas de 17 a 29 anos e 30 a 64 anos, esta última agrupando a maioria da PEA de quase todos os municípios.

III- Vulnerabilidade de Saúde

Tabela 06 - Mortalidade Infantil 2010

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil (%)	Taxa Mortalidade Neonatal (%)	Taxa Mortalidade Pós-Neonatal (%)
Pará	18,00	12,72	5,22
Afuá	17,96	11,98	5,99
Anajás	21,21	11,42	9,79
Bagre	22,45	12,24	10,20
Breves	20,20	13,46	6,73
Cachoeira do Arari	19,46	11,67	7,78
Chaves	11,32	11,32	0,00
Currálinho	18,15	10,89	7,26
Gurupá	10,95	9,39	1,56
Melgaço	14,15	6,29	7,86
Muaná	21,91	15,94	5,98
Ponta de Pedras	25,89	22,65	3,24
Portel	10,99	8,24	2,75
Salvaterra	22,54	22,54	0,00
Santa Cruz do Arari	0,00	0,00	0,00
São Sebastião da Boa Vista	30,43	20,28	10,14
Soure	18,22	11,39	6,83

Fonte: IBGE Censo 2010

Elaboração: IDESP

Na região de integração do Marajó a mortalidade infantil, principalmente a neonatal, ainda é um problema relevante a ser resolvido em grande parte se acentua por razões como: dificuldade no acesso ao serviço de saúde seja por ausência do sérico ou pela dificuldade de transporte vivenciada pela região, baixo nível de saneamento básico, e cobertura insuficiente do programa Saúde da Família.

Os Municípios de São Sebastião da Boa Vista (30,43), Ponta de Pedras (25,89 e Bagre (22,45) apresentaram as maiores taxas de mortalidade infantil, os dois primeiros com casos de mortalidade neonatal (primeiros dias de vida) e o terceiro com mortalidade no período pós neonatal. Esses três municípios também são os que apresentaram as maiores taxas de mortalidade materna, mostrando que em alguns casos nem a mãe nem a criança são salvos na hora ou no pós parto.

Considerando o local do parto dos nascidos vivos em Bagre somente 15% nasceram em Hospital e 63% no domicílio e 21% em outros estabelecimentos. Em Ponta de Pedras 35% dos nascidos vivos nasceram em outros estabelecimentos de saúde e 56% no Hospital. Outros municípios também apresentam percentuais alarmantes de partos no domicílio a exemplo de Melgaço (59%) e Chaves (40%) demonstrando uma situação de vulnerabilidade na hora do parto.

Uma vez que grande parte dos partos nos municípios dessa região são realizados em lugares nem sempre especializados, os municípios do Marajó apresentam altos percentuais de partos normais, em alguns casos ficando acima da média esperada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que é de 10 a 15% dos partos precisariam ser cesarianos por inviabilidade da realização do parto normal. São exemplos desses casos Bagre (4,69%) e Muaná (3,46%).

2.1.3. MARAJÓ: ASPECTOS ECONÔMICOS/IDESP (2012)

Tabela 07 - Produto Interno Bruto (PIB) e PIB Per Capita 2009

Estado/Municípios	PIB (R\$ 1.000)	% participação geral PIB	% participação RI Marajó	PIB per capita (R\$)
Pará	58.401.828,00	-	-	7.859,00
Afuá	100.038,00	0,17	7,31	3.066,00
Anajás	62.535,00	0,11	4,57	2.283,00
Bagre	45.751,00	0,08	3,35	2.244,00
Breves	300.338,00	0,51	21,96	2.971,00
Cachoeira do Arari	62.800,00	0,11	4,59	3.077,00
Chaves	68.305,00	0,12	4,99	3.331,00
Currálinho	55.653,00	0,10	4,07	2.021,00
Gurupá	79.299,00	0,14	5,80	3.108,00
Melgaço	49.264,00	0,08	3,60	2.790,00
Muaná	72.738,00	0,12	5,32	2.380,00
Ponta de Pedras	76.089,00	0,13	5,56	2.877,00
Portel	166.577,00	0,29	12,18	3.403,00
Salvaterra	69.514,00	0,12	5,08	3.835,00
Santa Cruz do Arari	22.389,00	0,04	1,64	3.565,00
São Sebastião da Boa Vista	54.654,00	0,09	4,00	2.499,00
Soure	81.681,00	0,14	5,97	3.637,00

Fonte: IBGE/SEPOF
Elaboração: IDESP

Tabela 08 - Valor Adicionado por atividade econômica 2009

Estado/Municípios	Valor Adicionado (R\$ 1.000) e percentual de participação dos municípios 2009					
	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%
Pará	3.862.129,00	-	15.312.862,00	-	33.291.110,00	-
Afuá	16.978,00	0,44	9.050,00	0,06	71.977,00	0,22
Anajás	4.899,00	0,13	8.215,00	0,05	47.460,00	0,14
Bagre	4.126,00	0,11	4.470,00	0,03	36.209,00	0,11
Breves	16.977,00	0,44	37.453,00	0,24	232.451,00	0,70
Cachoeira do Arari	17.895,00	0,46	4.670,00	0,03	39.166,00	0,12
Chaves	23.206,00	0,60	6.210,00	0,04	37.355,00	0,11
Currálinho	4.535,00	0,12	5.909,00	0,04	44.243,00	0,13
Gurupá	14.613,00	0,38	6.024,00	0,04	56.828,00	0,17
Melgaço	9.125,00	0,24	3.998,00	0,03	35.421,00	0,11
Muaná	13.596,00	0,35	6.688,00	0,04	51.071,00	0,15
Ponta de Pedras	15.235,00	0,39	6.279,00	0,04	53.163,00	0,16
Portel	16.536,00	0,43	23.061,00	0,15	119.838,00	0,36
Salvaterra	12.242,00	0,32	5.121,00	0,03	50.235,00	0,15
Santa Cruz do Arari	5.817,00	0,15	1.767,00	0,01	14.405,00	0,04
São Sebastião da Boa Vista	7.435,00	0,19	5.753,00	0,04	40.140,00	0,12
Soure	12.481,00	0,32	6.684,00	0,04	60.373,00	0,18

Fonte: IBGE/SEPOF
Elaboração: IDESP

Considerando a carência e vulnerabilidade da região todos os municípios do Marajó apresentam baixos valores de PIB, de modo que nenhum chega a representar 1% do PIB estadual. O PIB *per capita* desses municípios também são baixos, cerca da metade do PIB *per capita* do Pará que já é considerado baixo em

relação ao do Brasil. As atividades que geram o maior valor adicionado são as que compõem os serviços, especialmente o serviço público, semelhante ao comportamento do emprego formal.

Tabela 09 - Produtividade Econômica (Valor - R\$ /Área Colhida -ha) da Agricultura 2010

Estado/Municípios	Produtividade Econômica da Lavoura Permanente			Produtividade Econômica da Lavoura Temporária		
	Valor da produção (Mil Reais)	Área colhida (Hectares)	Produtividade (R\$/ha)	Valor da produção (Mil Reais)	Área colhida (Hectares)	Produtividade (R\$/ha)
Pará	1.158.086	255.267	4.537	1.953.448	791.045	2.469
Afuá	-	-	-	-	-	-
Anajás	90	20	4.500	275	200	1.375
Bagre	-	-	-	321	300	1.070
Breves	1.000	250	4.000	1.867	855	2.184
Cachoeira do Arari	4.245	528	8.040	3.683	3450	1.068
Chaves	-	-	-	-	-	-
Curralinho	110	25	4.400	313	240	1.304
Gurupá	1.053	159	6.623	1.341	387	3.465
Melgaço	35	10	3.500	498	270	1.844
Muaná	400	125	3.200	278	140	1.986
Ponta de Pedras	300	100	3.000	247	165	1.497
Portel	1.012	192	5.271	1.112	757	1.469
Salvaterra	72	45	1.600	9085	455	19.967
Santa Cruz do Arari	-	-	-	-	-	-
São Sebastião da Boa Vista	120	30	4.000	1229	560	2.195
Soure	240	150	1.600	-	-	-

Fonte: IBGE/SEPOF
Elaboração: IDESP

A contribuição da produção agrícola, permanente e temporária, é baixa para produção estadual, entretanto a produtividade econômica da agricultura permanente se mantém próxima a média do Pará (4.537 R\$/ha), em alguns municípios ficando acima, a exemplo de Cachoeira do Arari (8.040 R\$/ha). Quanto a lavoura temporária a maioria dos municípios apresentam produtividade abaixo da média estadual (2.469 R\$/ha), exceto Salvaterra (19.967R\$/ha) e Gurupá(3.465 R\$/ha).

2.2. CONSAD- ARARI: ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS, TENDO POR REFERÊNCIA O RELATÓRIO: MOBILIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO CONSÓRCIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL – CONSAD-ARARI: em busca da inclusão sócio-produtiva (2011)

2.2.1. CONSAD- ARARI: ASPECTOS SOCIAIS

O Marajó se constitui por 16 municípios divididos em 3 microrregiões: microrregião do Arari formada por Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de

Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure, microrregião dos Furos de Breves, com Afuá, Anajás, Breves, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista e, por fim, a microrregião de Portel aos quais compreende os municípios de Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel. Destas destaca-se a microrregião do Arari ao qual se constitui como alvo das ações do CONSAD-Arari.

I. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH/(RMTCSADL, 2011)

De acordo com Relatório Mobilização do Território do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD Arari: em busca da inclusão sócio-produtiva (RMTCSADL, 2011) o IDH das regiões que compõem o CONSAD-Arari revela que não houve progressão na renda dos municípios no período de 1991 a 2000. Tal fator não impediu que a população aumentasse seu tempo de existência, mostrando que apesar da renda foi possível manter-se com um padrão de vida mínimo. A educação também teve algum tipo melhoria. O IDH dos habitantes dos municípios do CONSAD-Arari mostra ainda pequena alteração quando se compara os dados dos 1991 e 2000, como se observa na (tabela 6) abaixo.

Tabela 10: Indicadores do IDH dos Municípios do CONSAD-Arari

MUNICÍPIO	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM-RENDIA 1991	IDHM-RENDIA 2000	IDHM-LONGEVIDADE 1991	IDHM-LONGEVIDADE 2000	IDHM-EDUCAÇÃO 1991	IDHM-EDUCAÇÃO 2000
Cachoeira do Arari	0,60	0,68	0,49	0,56	0,66	0,71	0,66	0,77
Chaves	0,53	0,58	0,46	0,46	0,66	0,71	0,46	0,57
Muaná	0,58	0,65	0,47	0,51	0,66	0,71	0,63	0,73
Ponta de Pedras	0,61	0,65	0,49	0,51	0,66	0,71	0,68	0,74
Salvaterra	0,65	0,72	0,54	0,54	0,68	0,75	0,75	0,86
Santa Cruz do Arari	0,60	0,63	0,51	0,49	0,58	0,66	0,69	0,73
Soure	0,68	0,72	0,56	0,56	0,68	0,75	0,80	0,86
IDH -	0,55	0,63	0,49	0,50	0,62	0,70	0,54	0,68

GERAL								
-------	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD, 2010.

II. PROGRAMAS SOCIAIS: CRAS, CRES, Bolsa Família, BPC / (RMTCSADL, 2011)

O CONSAD-Arari é composto por uma rede sócio assistencial, implantada pelas Secretarias Municipais de Assistência Social, sendo constituída pelos Centro de Referência da Assistência Social – CRAS's e Centro de Referência Especial da Assistência Social – CREAS's. De maneira geral os CRAS realizam ações preventivas e de inclusão produtiva, com atividades culturais e artesanais, como a realização de cursos de crochê, pintura em tecido, corte e costura, curso de informática, etc., além de outros programas. Nos CRAS são atendidos os beneficiários do Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Pró-jovem e PAIF (Programa de Atenção Integral a Família).

O CRAS enquanto instituição presta serviços continuados de Proteção Social Básica de Assistência Social para famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, por meio do PAIF tais como: acolhimento, acompanhamento em serviços socioeducativos e de convivência ou por ações socioassistenciais, encaminhamentos para a rede de proteção social existente no lugar onde vivem e para os demais serviços das outras políticas sociais, orientação e apoio na garantia dos seus direitos de cidadania e de convivência familiar e comunitária, Articula e fortalece a rede de Proteção Social Básica local e ainda previne as situações de risco no território onde vivem famílias em situação de vulnerabilidade social apoiando famílias e indivíduos em suas demandas sociais, inserindo-os na rede de proteção social e promover os meios necessários para que fortaleçam seus vínculos familiares e comunitários e acessem seus direitos de cidadania.¹⁸

Os CREAS oferecem serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, fortalecendo vínculos familiares e comunitários. Nos CRAS são atendidos os beneficiários do Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Pró-Jovem e PAIF (Programa de

¹⁸ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br> >. Acesso em: ago.2012.

Atenção Integral a Família), nos centros acontecem ações preventivas com atividades culturais e artesanais. No território do CONSAD-Arari existem dois CREAS, um em Soure na modalidade regionalizada e outro em Muaná na modalidade municipal.

Os Programas como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada são um complemento na composição da renda familiar, o que parece contribuir para minorar a fome. Em todos os municípios existem estruturas para os Centros de Referências, porém de forma deficitária, há situações de falta de profissionais como psicólogos, art-educadores entre outros. Nos municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari e Muaná esses órgãos são mais atuantes, no entanto o município de Chaves apresenta dificuldades em atender as necessidades da população.

Pode-se observar que é possível associar outras modalidades de políticas sociais, a fim de potencializar as ações e atividades já realizadas com base nos recursos ofertados pelo BF e o BPC. Em 2004 o IPEA apontava 12.245 de famílias pobres na região do Arari. Até maio de 2006, eram 9.945 beneficiários do Bolsa Família e até agosto do mesmo ano existiam 927 benefícios do Programa BPC, como mostra a (tabela 7).

Tabela 11: Indicadores de Condições de Vida no CONSAD-Arari

Municípios	Famílias Pobres 2004 (IPEA)	Nº Bolsas Família (Mai/06)	Cobert. BF	Valor Repassa do Mensal (Mai/06)	BF/FPM (Mai/06)	BPC (Ago/06)	Valor Repassa do Mensal (Ago/06)	BPC/FPM (Ago/06)
Cachoeira do Arari	1.728	738	42,71	57.205	13,46	43	15.051	4,01
Chaves	1.927	1.485	77,07	110.309	25,95	7	2.459	0,66
Muaná	2.396	2.015	84,09	159.745	32,22	60	21.001	4,80
Ponta de Pedras	2.081	1.869	89,79	132.109	31,08	137	47.950	12,79
Salvaterra	1.593	1.672	104,98	119.293	28,07	148	51.997	13,87
S. Cruz do Arari	635	494	77,85	32.556	15,32	26	9.135	4,87
Soure	1.885	1.672	88,71	113.432	26,69	506	177.668	47,38

Fonte: Elaborados pela Equipe da Incubadora com base nos dados do IBGE, 2010

2.2.2. CONSAD ARARI: ASPECTOS ECONÔMICOS

O Produto Interno Bruto (PIB) para os municípios do CONSAD-Arari totalizou 406.395 milhões de reais em 2008. Destaca-se que a região a apresentar o maior PIB é Soure, seguida de Ponta de Pedras e Muaná e os municípios com os menores PIBs são Cachoeira do Arari e Santa Cruz do Arari, como demonstrado na (tabela 15). O único município a apresentar PIB negativo em 2008 em relação ao ano de 2004 foi Chaves com uma queda de (-26%). Salvaterra apresentou a maior renda per capita da microrregião, já o município com menor percentual foi Muaná.

Tabela 12: PIB /PIB Per Capita Microrregião do Arari – 2004/2008

Municípios Microrregião do Arari	PIB 2004		PIB 2008	
	Total	Per Capita	Total	Per Capita
Cachoeira do Arari	41.981,00	2.451,00	53.946,00	2.697,83
Chaves	80.584,00	4.652,00	64.131,00	3.170,42
Muaná	45.683,00	1.685,00	67.000,00	2.242,67
Ponta de Pedras	44.624,00	2.247,00	67.046,00	2.604,45
Salvaterra	37.704,00	2.241,00	61.417,00	3.439,16
Santa Cruz do Arari	17.769,00	3.225,00	19.927,00	3.219,24
Soure	46.450,00	2.184,00	72.928,00	3.278,54
TOTAL	314.795,00	18.685,00	406.395,00	20.652,31

Fonte: Elaborado pela equipe da Incubadora com dados da SEPOF, 2008.

Segundo o RMTCSADL (2011) com base nos dados secundários não se pode perceber os efeitos que levam uma oscilação entre o indicador de renda e de produção, tendo em vista que os municípios que apresentam os melhores resultados na produção não são necessariamente os que se possuem melhor distribuição de renda, como é o caso de Soure e Santa Cruz do Arari.

Chaves é o município que se destaca por apresentar constância, apresentando inclusive PIB negativo para o setor agropecuário. A realidade do PIB

por setor de produção mostra que a agropecuária tem importante papel na economia dos municípios.

Tabela 13: PIB por Setor dos Municípios do CONSAD-Arari

Municípios	PIB POR SETOR				
	Setores	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
Cachoeira do Arari	Agropecuária	5,25	1,47	3,61	19,05
	Indústria	16,41	25,41	4,46	16,19
	Serviços	9,75	11,87	10,46	13,63
Chaves	Agropecuária	15,79	1,08	0,91	-7,78
	Indústria	5,18	42,94	51,45	18,74
	Serviços	11,87	13,44	11,34	0,74
Muaná	Agropecuária	-1,87	-13,96	5,72	18,78
	Indústria	14,22	44,44	5,67	13,90
	Serviços	7,51	12,48	10,35	8,01
Salvaterra	Agropecuária	13,18	9,11	5,28	24,62
	Indústria	26,53	15,98	9,36	18,97
	Serviços	11,68	16,07	15,46	11,59
Santa Cruz do Arari	Agropecuária	10,47	-2,39	2,31	9,90
	Indústria	1,04	18,17	63,93	43,17
	Serviços	7,17	12,41	13,59	8,56
Soure	Agropecuária	10,11	-17,73	13,76	11,19
	Indústria	15,35	16,59	9,13	19,64
	Serviços	4,84	16,13	15,99	7,46
Ponta de Pedras	Agropecuária	-5,03	-10,37	2,39	16,58
	Indústria	23,70	15,33	8,79	22,21
	Serviços	7,76	8,29	8,34	19,01

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD

A dinâmica econômica do Marajó é essencialmente primária, baseando-se no extrativismo vegetal, na pesca, na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência, o que pode ser observado nos dados do IBGE, 2000 [na tabela 17](#), em

que os municípios da região do Arari apresentam um maior percentual da população centrado no setor primário, sendo este o que mais gera trabalho e renda para a população economicamente ativa, seguido do setor de comércio.

2.2.3. CONSAD-ARARI: ATIVIDADES ECONÔMICAS SEGUNDO RELATÓRIO: MOBILIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO CONSÓRCIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL – CONSAD-ARARI: em busca da inclusão sócio-produtiva

Segundo dados do relatório, tendo como fonte informações do IBGE é possível identificar as atividades que mais se destacam na região marajoara. Os principais produtos da lavoura permanente são o coco-da baía e a banana, os produtos da lavoura temporária são o abacaxi, arroz, mandioca e milho. Sendo Cachoeira do Arari e Salvaterra os maiores produtores de abacaxi.

Em relação à produção de bananas, os municípios de Muaná e Ponta de Pedras foram os que se destacaram no ano de 2004, com uma pequena diferença tanto na área colhida quanto na quantidade produzida. Em 2009 o município de Muaná teve uma produção com um aumento de 67% na quantidade produzida com demonstra o quadro a seguir:

Tabela 14: Lavoura Permanente na Microrregião do Arari – Produção de Banana 2004/2009¹⁹

Município	2004		2009	
	Área colhida (há)	Quantidade Produzida (t)	Área colhida (há)	Quantidade Produzida (t)
Banana				
Muaná	30	264	50	440
Ponta de Pedras	25	250	-	-
Total MIRG Arari	55	514	50	440
Total Território	732	6.876	501	4.911
Total do Pará	42.234	540.312	38.925	501.344

Fonte: Relatório do Projeto CONSAD-Arari, 2011. IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2004 e 2009.

Na produção de abacaxi destaca-se o município de Salvaterra como o maior produtor do fruto tanto da microrregião quanto do território. Em 2004 houve uma produção de 10.000 toneladas e em 2009 ocorreu um aumento de 19% na

¹⁹ Tabela desenvolvida pelo Relatório do qual se utiliza de dados do IBGE (2004/2009).

produção. Sendo que no mesmo ano Salvaterra foi responsável por 86% da quantidade produzida na mesorregião do Marajó.

Tabela 15: Lavoura Temporária na Microrregião do Arari – Produção de Abacaxi 2004/2009

Município	2004		2009	
	Área colhida (há)	Quantidade Produzida (t)	Área colhida (há)	Quantidade Produzida (t)
Abacaxi				
Cachoeira do Arari	61	1.525	60	1.500
Salvaterra	400	10.000	475	11.875
Total MIRG Arari	461	11.525	535	13.375
Total Território	488	11.774	574	13.885
Total do Pará	12.444	315.428	9.978	241.098

Fonte: Relatório do Projeto CONSAD-Arari, 2011. IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2004 e 2009.

O cultivo do arroz não apresenta grande expressividade no Marajó, sendo que em 2009 correspondeu a 0,11% da produção do estado. Em 2004 quatro municípios apresentaram produção caindo esse número para dois em 2009. Salvaterra manteve tanto a área colhida quanto à quantidade produzida. Ao analisar o ano de 2009, observa-se que Ponta de Pedras apresentou queda de (40%) na área colhida e (80%) na quantidade produzida em relação ao ano de 2004. Vale destacar a recente introdução do cultivo intensivo de arroz na região. Trazendo perspectivas de mudanças.

Tabela 16: Lavoura Temporária na Microrregião do Arari – Produção de Arroz 2004/2009

Município	2004		2009	
	Área colhida (há)	Quantidade Produzida (t)	Área colhida (há)	Quantidade Produzida (t)
Arroz				
Cachoeira do Arari	2	2	-	-
Muaná	40	24	-	-
Ponta de Pedras	10	15	6	3
Salvaterra	5	2	5	2
Total MIRG Arari	57	43	11	5
Total Territóri	312	363	266	322
Total do Pará	297.065	636.645	156.347	302.989

Fonte: Relatório do Projeto CONSAD-Arari, 2011. IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2004 e 2009.

A região do Arari na criação de bovinos, bubalinos e suínos é a maior do Marajó. Em 2009 a microrregião apresentou crescimento na pecuária bovina de 28,79% e bubalina 6,45% quando comparado com o ano de 2004. Já a suinocultura apresentou queda de 27,30% nesse mesmo período sendo Muaná um dos municípios responsáveis pelo decréscimo com uma redução de 72,60%.

Nos anos de 2004 e 2009 a produção de bovinos no Arari foi de 89% e 91% respectivamente do total do território. O maior produtor de bovinos e bubalinos é o município de Chaves mesmo tendo apresentado queda de 14,28% em 2009. Salvaterra apresentou aumento significativo nas três atividades, 127,34% para bovinos, 291,65% para bubalinos e 414,85% para suínos.

Em termos percentuais, Salvaterra foi o município em que as três atividades apresentaram um aumento bastante significativo da ordem de (127,34%) para bovinos, (291,65%) para bubalinos e (414,85%) para suínos.

Tabela 17: Número efetivo de cabeças Bovina, Bubalina e Suína da Microrregião do Arari 2006/2009.

Município	2004			2009			Comparação 2006 – 2009		
	Nº de Cabeças			Nº de Cabeças			Bovinos	Bubalinos	Suínos
	Bovinos	Bubalinos	Suínos	Bovinos	Bubalinos	Suínos	%	%	%
Cachoeira do Arari	36.757	23.273	4.504	49.211	36.345	5.397	33,88	56,17	19,83
Chaves	74.544	94.637	21.433	83.744	81.120	24.928	12,34	-14,28	16,31
Muaná	10.895	25.198	60.942	15.375	29.000	16.700	41,12	15,09	-72,60
Ponta de Pedras	27.684	36.224	3.766	40.900	28.422	6.036	47,74	-21,54	60,28
Salvaterra	6.943	4.082	1.825	15.784	15.987	9.396	127,34	291,65	414,85
Santa Cruz do Arari	22.725	14.250	3.075	35.438	24.571	4.992	55,94	72,43	62,34
Soure	30.976	36.588	3.340	30.683	33.924	4.443	-0,95	-7,28	33,02
Total da MIRG Arari	210.524	234.252	98.885	271.135	249.369	71.892	28,79	6,45	-27,30
Total do Território	237.857	242.742	183.287	297.517	267.276	177.615	25,08	10,11	-3,09

Fonte: Relatório do Projeto CONSAD-Arari, 2011. IBGE, Censo Agropecuário, 2006 e Produção da Pecuária Municipal, 2009.

Das atividades extrativistas não madeireiras as que apresentam maior importância na região do Marajó estão, principalmente, o açaí e o palmito, uma vez que estes produtos garantem o emprego e renda para a maior parte da população. No entanto possuem uma característica muito peculiar, a sazonalidade, ou seja, dependem da estação do ano em que se tornam mais viáveis economicamente.

Na produção de açaí e palmito o município de Ponta de Pedras se destacou em 2009 com uma produção de 30,21% da produção do Marajó. Muaná é o segundo

maior produtor da região com 8.100 toneladas produzidas, correspondendo a 22,66% da produção de açaí no Marajó e o maior produtor de palmito, correspondendo a 27,17% desta produção no território.

Tabela 18: Extração Vegetal Não Madeireira na Microrregião do Arari 2009.

Municípios	Extração Vegetal Não Madeireira		Participação Municipal por atividade no Território	
	Açaí (t)	Palmito (t)	Açaí (t)	Palmito (t)
Cachoeira do Arar	2.996	57	8,38	1,89
Chaves	300	114	0,84	3,78
Muaná	8.100	820	22,66	27,17
Ponta de Pedras	10.797	6	30,21	0,20
Salvaterra	0	0	-	-
Santa Cruz do Arari	0	0	-	-
Soure	0	0	-	-
Total da MIRG Arari	22.193	997	62,10	33,04
Total do Território	35.740	3.018		

Fonte: Relatório do Projeto CONSAD-Arari, 2011. IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2009, PTDRS, 2010.

Breves aparece com destaque na exploração madeireira, apesar da atuação mais significativa por parte do IBAMA e da SEMA que ocasionaram o fechamento de grandes madeiras, proporcionando o desemprego de grande parte da população, no entanto muitas ainda funcionam na clandestinidade.

Muaná também apresenta destaque nesta atividade, sendo o maior produtor da microrregião do Arari, principalmente em se tratando de madeira em tora correspondendo a (14,77%) da produção no Marajó. O maior percentual da região foi verificado na produção de lenha, correspondendo a (35,98%) da produção no território.

Tabela 19: Extração Vegetal Madeireira na Microrregião do Arari 2009

Município	Extração Vegetal Madeireira			Participação Municipal por atividade no Território		
	Carvão Vegetal (t)	Lenha (m³)	Madeira em tora (m³)	Carvão Vegetal (t)	Lenha (m³)	Madeira em tora (m³)
Chaves	3	4.000	1.000	1,17	2,81	0,09
Muaná	42	21.000	66.000	16,34	14,77	6,26
Ponta de Pedras	31	19.050	4.110	12,06	13,40	0,39
Salvaterra	7	3.230	0	2,72	2,27	
Soure	4	3.888	0	1,56	2,73	
Total da MIRG Arari	87	51.168	71.110	33,85	35,98	6,75

Total do Território	257	142.208	1.053.522	
----------------------------	-----	----------------	------------------	--

Fonte: Relatório do Projeto CONSAD-Arari, 2011. IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2009, PTDRS, 2010.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MUANÁ: FORMAÇÃO HISTÓRICA

Muaná pertence à Mesorregião do Marajó e à Microrregião Arari. O município originou-se a partir de uma fazenda particular à qual se desenvolveu transformando-se em povoado e mais tarde elevado à categoria de freguesia com o nome de São Francisco de Paula, em 1757. Entre 10 a 17 de maio de 1833, o Conselho da Província do Pará eleva-o a categoria de Vila. Em 7 de maio de 1890 o Decreto nº 147 criou a comarca de Muaná, sendo classificada como cidade a partir da Lei nº 324, de 6 de julho de 1895, durante o governo de Lauro Sodré, com sua instalação solene em 7 de setembro de 1922.

O território foi acrescido da área correspondente ao município de São Sebastião da Boa Vista, extinto pela Lei nº 1.116, de 3 de novembro de 1922. Os Decretos nº 6, de 3 de novembro de 1930, e nº 72, do mês seguinte, entretanto, mantiveram a área patrimonial de Muaná, permanecendo constituído somente pelo distrito-sede.

Atatá, Santa Bárbara e São Sebastião da Boa Vista integravam o município de Muaná como distritos, no entanto houve uma divisão territorial determinada pelo Decreto-Lei nº 3.131, de 31 de outubro de 1938, para vigorar no período de 1939-43 extinguindo Atatá e Santa Barbara sendo anexados como zonas ao distrito-sede de Muaná, que, por sua vez, perdeu a zona de Pracuúba, transferida para o distrito de São Sebastião da Boa Vista.

Após a criação do município de São Sebastião da Boa Vista, em cumprimento ao Decreto-Lei nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943, Muaná também perdeu o distrito com esse nome, ficando incorporada a Muaná a zona de Pracuúba. Com a divisão territorial fixada para vigorar no período de 1944-48, o município de Muaná passa a ser constituído apenas pelo distrito-sede, sendo hoje constituído pelos distritos de Muaná (sede) e São Francisco de Jararaca.

Muaná apresenta como manifestação religiosa a festa em homenagem ao padroeiro São Francisco de Paula, ocorrendo sempre no último domingo de julho,

com procissão, novenário e arraial em torno da igreja matriz. As Igrejas de São Francisco e de São Benedito e as Praças Cipriano Santos, da Bandeira, 28 de Maio e Justo Chermont formam os principais monumentos históricos do município de Muaná. Os muanaenses possuem duas bibliotecas, uma pública e outra particular.

O município realiza todos os anos uma das maiores festas culturais da ilha do Marajó com o Festival do Camarão atraindo uma multidão. Sua importância histórica para o Pará é inquestionável, pois participou de forma estratégica nos episódios da Cabanagem sendo ainda a primeira cidade a aderir a Independência do Brasil no dia 28 de maio de 1823.

Muaná disponibiliza a sua população poucos empregos, seus moradores ocupam-se em administração pública, em cargos de professor, agente administrativo, motorista, gari, secretário, enfermeiro, agente de saúde, entre outros. Há ainda alguns órgãos estaduais com funcionários do próprio município e de outras localidades: as polícias civil e militar e a receita estadual.

Outra fonte de trabalho são as fábricas de beneficiamento de palmito, as olarias e as serrarias, no entanto, os moradores da cidade vivem em sua maioria, principalmente, do trabalho nas áreas extrativas.

Uma das particularidades das famílias muanenses é possuir dois locais de moradia: um na cidade, visando garantir o estudo de seus filhos e outro em sítios localizados em um dos rios e ilhas que circundam a cidade ou até subindo os rios. Neste contexto, em sua maioria, é a mulher que vem para a cidade junto com os filhos, ou os filhos se deslocam sozinhos enquanto os pais permanecem no interior.

O município é constituído dos seguintes prédios públicos: uma unidade mista de saúde, a prefeitura, cinco escolas (sendo apenas uma de ensino médio), a delegacia de polícia civil, o fórum de justiça, uma creche, um mercado municipal, uma feira de camarão e a coletoria. São quatro praças do qual os jovens passam seu tempo de lazer além de frequentarem festas dançantes (as chamadas aparelhagens) espalhadas pela cidade em pontos estratégicos como nas áreas portuárias e em ruas de entrada e saída da cidade (FERRÃO, 2006).

A região é constituída por uma cobertura vegetal dividida em campos naturais e mata, sendo que a área dos campos possui uma produção voltada a pecuária com pouca variedade de produção, ou seja, com poucos produtos fora da pecuária, produzidos nessa extensão. A área da mata apresenta uma produção extrativista caracterizada por períodos chuvosos e secos, na época de chuva há uma

quantidade expressiva de frutas do qual são comercializadas como: açaí, bacaba, cupuaçu, bacuri e outras, vale ressaltar que esse período é um atrativo a trabalhadores de outras regiões que se deslocam ao município para trabalharem na coleta.

Os campos naturais se subdividem em altos, poucos alagados, baixos e mondongos. Os campos altos localizam-se a margem do rio Atuí, possuem solo arenoso ou de barro consistente, com plantas forrageiras (leguminosas e gramíneas) e árvores espessas ou de pequeno porte, a cobertura vegetal da mata é floresta de várzea e de terra firme, sendo que a várzea pode ser alta ou baixa, onde na baixa ocorrem inundações periódicas (BRABO *apud* FERRÃO, 2006).

Muaná é cortado por uma variedade de rios, furos e igarapés dos quais destaca-se: Atuí, Pracuúba, Atatá, Inamarú, Cajuuba, vale destacar que o rio Atuí é o maior do município e o segundo maior da ilha de Marajó. A sede do Município é banhada pelo rio Muaná.

As famílias e os grupos familiares que constituem a base da organização social do município em alguns casos são resultantes de algumas adaptações e arranjos familiares que ocorreram em diferentes incursões econômicas com entrada periódica de homens de outras regiões. Na economia vigora tanto a troca de bens, quanto uma circulação reduzida de dinheiro. A malha hidrográfica serve como grande canal de escoamento dos produtos florestais e da pecuária (FERRÃO, 2006).

Em Muaná a instalação das pastorais do qual desenvolvem atividades junto às comunidades tem o poder e uma dimensão política. Seus líderes tem formação técnica e política no decorrer de seu voluntariado. Os agentes pastorais de saúde e da pastoral da criança (combatem a desnutrição infantil), designados a cumprir funções em secretarias de prefeituras e conselhos.

No final dos anos 80 e início dos anos 90 do século passado, devido ao desenvolvimento dos movimentos sociais através das CEBES (Centro Brasileiro de Estudo e Saúde), emerge em Muaná “experiências de participação popular no serviço de saúde”, que criaram formas inovadoras para o sistema de saúde do Município, com “significativas implicações nas políticas sociais” (FERRÃO *apud* SOARES, 2006, p. 94).

Em agosto de 1989 é instituído em Muaná o Sindicato de Trabalhadores Rurais – STR77 e no ano seguinte os SINTEPs de Muaná. No momento de sua criação o STR77 possuía dez trabalhadores do Alto rio Atuí. Foram os fundadores

deste sindicato, posteriormente ingressaram outros membros chegando a 3.334 sócios. Os sindicatos foram formados na mesma época em que se fundou o Partido dos Trabalhadores no município, ou seja, os mesmos militantes que fundaram o Partido fundaram também o sindicato. Ataíde Lobato fundou o STR e era a principal liderança do PT.

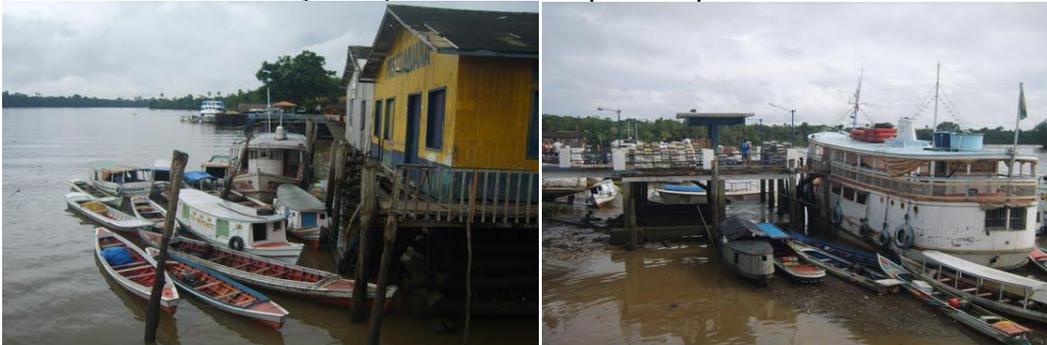
O município de Muaná possui os seguintes limites: ao Norte – Município de Ponta de Pedras; ao Sul – Município de Limoeiro do Ajuru; a Leste – Município de Ponta de Pedras; a Oeste – Municípios de São Sebastião da Boa Vista e Anajás.

Fotos 1 e 2 – **MUNICÍPIO DE MUANÁ:** Igreja de São Francisco de Paula e Ponte de acesso entre bairros



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/34532518>. Acesso em: 05 de jan. 2013.

Fotos 3 e 4 – Embarcações típicas do município e trapiche.



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/34532518>. Acesso em: 05 de jan. 2013.

Fotos 5 e 6: Palafitas nos furos do rio Muaná e Centro urbano da cidade.



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/34532518>. Acesso em: 05 de jan. 2013.

CAPÍTULO III

ATUAÇÃO DO CONSAD ARARI NO MUNICÍPIO DE MUANÁ NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE SEGURAÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

3.1. CONSADs: INSTRUMENTO DE COMBATE A INSEGURANÇA ALIMENTAR

Os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD's) são considerados instrumentos estratégicos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, para a efetivação e o fortalecimento das ações de combate à insegurança alimentar. Na política de combate a fome instalada no Brasil tem-se o Fome Zero como um dos programas com maior destaque e vinculação sendo considerado:

Os CONSADs se constituem como uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.²⁰

O programa Fome Zero surgiu com mais de 33 programas e ações atuando a partir de quatro eixos articuladores. EIXO 1. Acesso aos alimentos tendo como aglutinador o Programa Bolsa Família. EIXO 2. Fortalecimento da agricultura familiar com o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar) dentre outros. EIXO 3. Geração de renda com os CONSAD's (Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local). EIXO 4. Articulação, Mobilização e Controle Social com os CRASs (Centro de Referência de Assistência Social).

Dando destaque aos CONSAD's que fazem parte do eixo geração de renda, tendo como papel promover a articulação entre o poder público e a sociedade civil, de forma contínua e permanente, para a promoção e o fortalecimento de ações ligadas à segurança alimentar e desenvolvimento local, de forma institucionalizada, dando prioridade à população que vive em condições de insegurança alimentar, a oportunidade de produzir, comercializar, consumir e ter acesso a créditos. No Plano Plurianual do Governo Federal, para o período 2008-2011, o apoio aos CONSADs se constituiu como uma ação orçamentária específica (ação 8506), prevista no Programa Acesso à alimentação (1049), desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.²¹

²⁰Fome Zero. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>. Acesso em: nov.2012.

²¹O MDS foi criado em janeiro de 2004, tendo como propósito promover a inclusão social, segurança alimentar, assistência integral e uma renda mínima de cidadania a famílias em situação de pobreza.

A Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN incentiva o uso de tecnologias sociais baseadas na atuação de pequenos agricultores que trabalham integrando técnicas simples e já conhecidas por diversas comunidades rurais, com finalidade de alcançar uma agricultura sustentável e economicamente viável, sem uso de produtos agrotóxicos, com a preocupação de preservar o meio ambiente, visando promover a inserção social e econômica dos beneficiários; reduzir a dependência de insumos vindos de fora da propriedade; diversificar a produção; utilizar com eficiência e racionalizar os recursos hídricos; alcançar a sustentabilidade em pequenas propriedades; produzir em harmonia com os recursos naturais (EDITAL SESAN/MDS N.º 01/2010).

O Programa FOME ZERO incentiva, por outro lado, políticas estruturais, visando a organização dos municípios em territórios, a fim de obter êxito no que diz respeito ao alcance da segurança alimentar, por meio de oportunidades de trabalho e renda nas áreas consideradas como bolsões de pobreza, fundamentada pelo “Estudo de Localização Territorial de Potenciais CONSAD no País”, elaborado no ano de 2003, pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, sob a supervisão do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS).

O MDS promove a transferência direta de renda aos seus beneficiários como é o caso do Programa Bolsa Família, sendo tais beneficiários comprometidos com atividades de saúde e educação. E executa ainda ações estruturantes, emergenciais e sustentáveis de combate à fome, através de ações de produção e distribuição de alimentos, de incentivos a agricultura familiar, desenvolvimento regional e de educação alimentar, levando sempre em consideração as diversidades culturais brasileiras.

O Programa Bolsa Família (PBF) o qual integra o Plano Brasil sem Miséria (BSM) atinge 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70 mensais, possuindo três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares.

O Programa Bolsa Família está presente em 12,5 milhões de lares. De acordo com o MDS²² até agosto de 2010, foram inaugurados 56 bancos de alimentos em 17 estados atendendo mais de 700 mil pessoas.²³

²² O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome é proveniente de três estruturas extintas: Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional (MESA), Ministério da Assistência Social (MAS) e da Secretaria do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa

Segundo o MDS a transferência de renda alivia a situação imediata de pobreza, as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. As ações e programas complementares têm como fator determinante o desenvolvimento das famílias de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidades.²⁴

Os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local surgiram como parte integrante da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

De acordo com IBAM (2004) os Consórcios trazem como proposta o fortalecimento e ampliação das ações de segurança alimentar e nutricional e de desenvolvimento local em regiões com maior índice de vulnerabilidades no país. O CONSAD é o agente institucional responsável pelo desenvolvimento de projetos fornecendo apoio técnico e aval institucional na obtenção de recursos junto a parceiros estaduais, nacionais e internacionais.

Sua estratégia de ação está voltada para a construção de bases sólidas que permitam às populações mais pobres obterem trabalho e renda, além de viabilizar a produção familiar de alimentos, gerando com isso um ambiente sócio-econômico propício para a garantia de segurança alimentar. Os CONSADs estarão atuando de modo a tornar sustentada a capacidade das populações de obterem os alimentos necessários, em quantidades adequadas para o seu bem-estar, evitando que se tornem dependentes de doações e de outras medidas excepcionais para sobreviver (IBAM, 2004, p. 9).

A busca da segurança alimentar o Desenvolvimento Local é um dos principais parâmetros dos CONSADs do qual abrange as sub-regiões que se encontram a margem do desenvolvimento. São municípios que apresentam um número pequeno de habitantes com baixos Índices de Desenvolvimento Humano e de perfil rural, suas atividades estão voltadas a economia de subsistência ligada a agricultura familiar.

As ações estruturantes devem agir de modo a dinamizar a economia desses municípios através de atuações que permitam a utilização dos recursos produtivos e

Família. Atualmente suas ações ocorrem nas três esferas de Governo com parceria da sociedade civil, organismos internacionais e instituições de financiamento.

²³Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao>>. Acesso em: mai. 2012.

²⁴Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2010/agosto/fome-zero-seguranca-alimentar-e-desenvolvimento-social/?searchterm=Programa%20Fome%20%20Zero>>. Acesso em: mai. 2012.

humanos locais produzindo trabalho e renda para a população local, aumentando a produção e criando mais postos de trabalho. Incentivando o empreendedorismo e a fixação de renda nestas sub-regiões.

Para que haja um redirecionamento dos fluxos de renda e de mercadorias os CONSADs devem atuar na indução e fomento de ações que estruturem as bases do Desenvolvimento Local, aos quais residem nas quatro áreas:

- a formação de capital social local,
- a formação de capital humano local,
- a agregação de valor nas cadeias produtivas subregionais, e
- a modernização do setor público local (IBAM, 2004, p.10).

A formação de capital social local visa incentivar a organização da sociedade, a cooperação entre seus membros com espaços institucionais de negociação e gestão, entre outras atividades que fortaleçam os laços comunitários.

No caso da formação de capital humano local tem-se a finalidade de estimular a melhoria das condições educacionais, profissionais, técnicas e de acesso aos bens culturais, bem como condições sócio-educativas e profissionais para que a sociedade local possa ter autonomia em suas atividades na busca de soluções para os problemas locais e condições de acessar os serviços governamentais necessários para o seu desenvolvimento.

Agregar valor às cadeias produtivas subregionais significa disseminar técnicas e tecnologia para a produção local dos insumos necessários para a atividade produtiva dos micro e pequenos negócios, incentivar a troca de informações para a conexão do maior número de produtores locais entre si, e facilitar a comercialização dos produtos locais nos vários mercados.

Para a modernização do setor público local é necessário à introdução de tecnologias da informação, a chamada inclusão digital. Esta demanda insere-se na problemática do desenvolvimento local e da segurança alimentar na medida em que se reconhece a necessidade de fomentar o capital humano e social através do acesso à tecnologias da informação. A “alfabetização” no manejo das linguagens e dos instrumentos de informática é um importante elemento na difusão de saberes e técnicas. Além disso, ações de inclusão digital visam promover o acesso das populações aos serviços governamentais,

Tais ações giram em torno de um grande eixo, formado pela agricultura familiar e outras atividades econômicas de micro e pequeno porte organizado em

arranjos sócio-produtivos locais. Na constituição destes arranjos destaca-se o conjunto de iniciativas e práticas realizadas, segundo a lógica da cooperação e solidariedade, que hoje integram o acervo do que vem se denominando economia solidária.

Promover a agricultura familiar denota melhores condições de acesso a alimentação das famílias que estão diretamente ligadas a produção, aumenta a oferta de alimentos nos mercados municipais e possibilita a geração de renda aos agricultores. A economia solidária está articulada à ideia de que a renda de famílias rurais pode ser gerada em atividades produtivas não agrícolas.

Ou seja, articulado ao fomento da agricultura familiar, produtora direta de alimentos, o fomento à economia solidária pode favorecer a edificação de um verdadeiro setor de serviços e de produção artesanal baseado no pequeno empreendedor organizado sob a ótica da solidariedade, complementar com as necessidades de consumo e de geração de renda locais. Ao articular parceiros para ações de incentivo à economia solidária, os CONSADs estarão atuando para fortalecer a associação entre produtores e consumidores, especialmente pela formação de cooperativas. A economia solidária tem, portanto, importância crucial na estratégia de desenvolvimento local por reorganizar o trabalho na lógica da solidariedade e da cooperação e por servir de base para empreendimentos que visam suprir as carências de bens e serviços nas subregiões, aumentando a circulação interna da renda e diminuindo sua drenagem para “mercados externos” (IBAM, 2004, p.12).

O pluralismo e a representação majoritária de entes privados são os critérios de representatividade elencados pelo CONSAD, sendo que o primeiro é constituído pelas diferentes categorias e segmentos sociais de modo que todos os envolvidos possam estar representados no processo de tomada de decisão. O segundo conta com a participação majoritária de entes privados (organizações de direito privado e as organizações da sociedade), tais como: associações de produtores, de empresários, de comerciantes, entidades sociais, cooperativas, sindicatos, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público, e outros (IBAM, 2004).

A estrutura organizacional dos CONSADs denominada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) em 2004 de Estrutura Decisória tem a seguinte configuração:

Fórum: Nível máximo de deliberação envolvendo decisões sobre políticas, linhas de ação e prioridades. Responsável pela orientação geral e pelas opções adotadas na condução dos Programas.

Conselho Fiscal: Área específica da fiscalização tanto das finanças quanto da contabilidade. Responsável pelo acompanhamento das contas do CONSAD.

Comissão Executiva: Nível Decisório Gerencial, incumbido da implementação de ações e articulação de parcerias. Responsável pela gestão da execução das ações articuladas nos diferentes Programas.

Secretaria Executiva: Nível de execução, Incumbido do apoio logístico e operacional. Responsável pelo suporte administrativo permanente ao funcionamento do CONSAD.

Programas (Parcerias com agentes existentes): Correspondem às ações específicas articuladas no Plano de Ação do CONSAD, executadas sob acompanhamento da Secretaria Executiva.

A metodologia para execução do CONSAD organizou-se frente a três fases: Sensibilização e mobilização; Implantação; Consolidação.

Fase 1. Sensibilização e mobilização: é a fase de motivação onde a população local será convidada a fazer parte do Consórcio. Sendo que esta fase inclui ainda a definição da equipe municipal que dialogará com o CONSAD e a escolha dos representantes municipais no Fórum.

Fase 2. Implantação do CONSAD: nessa fase o CONSAD adquire personalidade jurídica e aqui se inicia o momento de capacitação onde as atividades de planejamento acontecem em paralelo com as de constituição jurídica e organizacional.

Fase 3. Consolidação: tem início com o Plano de Ação pactuado e a associação civil constituída formalizada duas condições de extrema importância, já que a partir delas o CONSAD terá o planejamento das ações definido podendo assim receber aportes de recursos.

A disposição dos CONSADs se deu no campo das políticas públicas, na constituição de uma política estrutural vinculada ao Programa Fome Zero com a finalidade de combater a insegurança alimentar, gerando oportunidades de desenvolvimento local nas áreas que apresentam um alto índice de pobreza.

3.2. A REALIDADE DO CONSAD-ARARI: MUANÁ EM FOCO

A partir de uma pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome em 2003, foi elaborado um diagnóstico sobre as desigualdades entre os territórios brasileiros. Com tal estudo, o MDS passou a constituir processos voltados a criação de uma estrutura organizacional, os Territórios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs), formados por consórcios de municípios para atender aos territórios mais vulneráveis.

No Pará o CONSAD-Arari, constituído por 7 municípios: Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedra, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure, tem como órgão executor a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), órgão que atua de forma especializada nas áreas de ciências agrárias e humanas, dando suporte ao meio rural estendendo conhecimentos e informações tecnológicas.

[...] a Emater-Pará sinalizou os princípios norteadores da política pública de segurança alimentar e nutricional com uma perspectiva de garantir processos de equidade eficiência e sustentabilidade, para implementação de um modelo de desenvolvimento aliando expansão econômica e exploração nacional do patrimônio natural, para gerar riqueza em sintonia com a melhoria da qualidade de vida do povo do nosso Estado.²⁵

As ações incrementadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome destinadas ao CONSAD-Arari ocorreram em parceria com a EMATER, esta por sua vez é responsável pela implementação, desenvolvimento e execução destas ações designadas ao município de Muaná.

Na Estatística Municipal da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (2012) o município de Muaná apresenta as seguintes características quanto sua população, área e densidade demográfica:

Tabela 20: População, Área e Densidade Demográfica Muaná 2000/2011

Anos	População (hab.)	Área (km ²)	(hab./km ²)
------	------------------	-------------------------	-------------------------

²⁵Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER. Disponível em: <<http://www.emater.pa.gov.br/busca>>. Acesso em: Nov.2012.

2000	25.467	3.765,50	6,73
2001*	25.916	3.765,50	6,88
2002*	26.119	3.765,50	6,94
2003*	26.422	3.765,50	7,02
2004*	27.109	3.765,50	7,20
2005*	27.409	3.765,50	7,28
2006*	27.758	3.765,50	7,37
2007	28.796	3.765,50	7,65
2008*	30.117	3.765,50	8,00
2009*	30.568	3.765,50	8,12
2010	34.204	3.765,53	9,08
2011*	34.875	3.765,53	9,26

Fonte: IBGE / Elaboração: Idesp/Sepof *População Estimada.

A população de Muaná vem apresentando um crescimento considerável ao longo do tempo, seus habitantes passaram de 25.467 em 2000 para 34.875 em 2011. Fato este relevante no desencadeamento dos indicadores de problemas sociais, o que pode ser verificado na tabela abaixo ao qual município de Muaná segundo o IDESP (2012) é o que apresenta a maior taxa de população pobre e o segundo em população extremamente pobre dos municípios que compõem o Arari.

Tabela 21. População pobre e extremamente pobre do Marajó 2010

Estados/Municípios	População pobre e extremamente pobre e taxa de extrema pobreza (%)			
	População pobre	Taxa de pobreza	População extrema pobreza	Taxa de extrema pobreza
Pará	2.916.600	38,7	1.464.223	19,42
Afuá	24.923	71,4	16.110	49,5
Anajás	16.934	68,6	9.550	40,2
Bagre	14.576	66,7	6.808	35,7
Breves	57.255	62,1	2.958	35,7
Cachoeira do Arari	19.327	73,2	13.545	45,2
Chaves	15.133	72,1	3.646	49,3
Curralinho	18.139	65,3	3.159	37,8
Gurupá	18.332	63,3	9.587	36,6
Melgaço	19.259	77,8	9.521	51,4
Muaná	20.308	59,4	17.416	27,9
Ponta de Pedra	15.192	58,8	21.491	34,7
Portel	34.521	66,7	12.206	43,5
Salvaterra	9.517	47,4	2.778	25,2
Santa Cruz do Arari	5.392	66,2	5.152	36,6
São Sebastião da Boa Vista	13.901	60,8	511	28,9
Soure	10.509	45,9	13.981	22,4

Fonte: Indicadores de Vulnerabilidade/Região de Integração do Marajó. IDESP, 2012.

Em Muaná o CONSAD-Arari teve seu início em 2005 sendo implantado na gestão da então prefeita Hortência Guimarães. Nesse período houve um processo

de licitação em que a empresa EMATER foi o órgão selecionado para a execução das propostas do MDS via CONSAD. O consórcio foi formado por seis entidades, sendo quatro sociedade civil e dois governamentais.

Em 2006, ainda de forma prematura seu desenvolvimento ocorreu apenas por conta de uma única atividade: a capacitação dos técnicos da EMATER, de modo a conhecerem quais seriam as ações do CONSAD, como se daria sua implantação e quais propostas seriam implementadas para seu início. O CONSAD visava desenvolver em Muaná projetos voltados ao desenvolvimento da agricultura familiar para o consumo e comércio local com objetivo de promover a autonomia dos sujeitos em situação de insegurança alimentar, onde os indivíduos envolvidos e que fariam parte dos projetos seriam os que recebem o benefício do Programa Bolsa Família por se pressupor que são os que se encontram em situação de vulnerabilidades. Neste momento seriam implantadas várias hortas para o cultivo de hortaliças, além do beneficiamento do pescado com kit pesca, a criação de galinha caipira e o sistema agroflorestal.

Contudo, nenhuma das ações foi executada, pois de acordo com os técnicos e membros do CONSAD-Arari a falta de execução se deu por conta de uma série de fatores que dificultaram e impossibilitaram o cumprimento das ações. Segundo tais depoimentos a prefeitura de Muaná como poder público e membro do CONSAD-Arari não se fez presente de forma efetiva na realização e no desenvolvimento das atividades. Houve deficiência no apoio logístico já que para a efetivação das ações seriam necessários reuniões, capacitação dos sujeitos, local para a implantação dos projetos, material para a construção das estruturas, transporte aos técnicos para o deslocamento, mão de obra, matéria prima dentre outros. A falta de integração por parte de alguns membros do CONSAD, a pouca participação das famílias que seriam beneficiadas pelo projeto nas reuniões devido à falta de sensibilização²⁶ (de modo a não se inteirarem de forma apropriada às ações), o repasse de verbas insuficiente que não garantiria suporte ao projeto, foram alguns dos fatores que comprometeram o desenvolvimento e a implementação das atividades.

Em 2007, as ações pendentes acima citadas foram concretizadas, sendo implantadas as seguintes atividades no município: o cultivo da horta, o

²⁶ A sensibilização consiste no contato feito pelos membros e técnicos da EMATER aos sujeitos envolvidos nas ações do CONSAD, de modo que venham a conhecer os objetivos e os mecanismos da implantação das atividades.

beneficiamento do pescado, kit pesca, galinha caipira e sistema agroflorestal. Tais ações, porém esbarraram nas mesmas dificuldades dos períodos anteriores (2005/2006).

A horta foi a primeira atividade desenvolvida em Muaná, foram selecionadas 20 famílias as quais receberam matéria-prima para dar início ao cultivo das espécies. Cheiro verde, alface, couve, cebolinha dentre outros foram fornecidos as famílias de modo a cultivarem para o auto consumo e para o comércio interno. No entanto apesar de possuírem a matéria prima não foram preparados para manuseá-la.

A falta de habilidade, conhecimento e instrução comprometeram o manejo e o cultivo das espécies, tendo a horta sido trabalhada a partir do conhecimento habitual das famílias, ou seja, o conhecimento do dia-a-dia, não havendo um processo de formação técnica para que os beneficiários fossem preparados para a autogestão. Portanto não houve um processo de garantia técnica para a autonomia dos sujeitos, um dos eixos centrais de propostas dos CONSADs, sendo assim não houve continuidade as atividades. Em depoimento um dos membros relatou:

“Quando começou recebemos o cheiro verde e cebolinha, nós chegamos até a vender, mas foi se acabando e não tínhamos dinheiro para repor a plantação, o dinheiro da venda ficava na mão apenas de uma pessoa, que não repassava o valor certo, as pessoas não souberam trabalhar em grupo, cada um pensava só em si.”

Fotos 7 e 8: hortas comunitárias, 2007.



Fonte: EMATER/Muaná, 2013.

Fotos 9 e 10: hortas comunitárias, 2007.



Fonte: EMATER/Muaná, 2013.

Fotos 11e 12: **Registro atual (2013)**

Fonte: Cabral, jan, 2013.

No caso do beneficiamento do pescado promoveu-se um dia de campo ao qual tem por objetivo reunir as famílias para interagirem entre si e conhecerem as atividades que serão desenvolvidas. Neste dia foi ministrado um curso onde os envolvidos aprenderam a produzir sardinha, peixe defumado, peixe seco e linguiça de peixe, o beneficiamento do pescado visava agregar valor a matéria-prima.

Os beneficiários pescavam e beneficiavam seu próprio pescado, houve um início de comercialização do produto, porém sem êxito, tendo a participação também dos feirantes da feira de peixe do município. Tal atividade não obteve êxito tendo em vista que o apoio logístico e financeiro não teve continuidade, sendo importante ressaltar que o trabalho não foi precedido de um diagnóstico que pudesse identificar as potencialidades locais em termos dos sujeitos, suas redes técnicas, políticas, econômicas e sociais que favorecessem a organização necessária à implantação dessa atividade.

Os diagnósticos orientam e identificam os problemas, entraves e potencialidades do grupo e da comunidade, sendo relevante na medida em que sua realização permite levantar e sistematizar dados sobre as condições sociais,

econômicas e de produção das famílias beneficiárias, orientando, assim, a ação da equipe técnica que irá desenvolver as ações ao qual permitirão a emancipação social e econômica das famílias.

Junto com o Beneficiamento do pescado foi entregue as famílias o kit pesca que consiste na distribuição de kits para fomentar a atividade do beneficiamento do pescado. Foram 20 kits pesca contendo 1 casco, 4 remos, 50 matapis (para pesca de camarão) e 1 malhadeira (malha 35 por questões ambientais em contra partida 1 espinhal utilizado na pesca predatória).

Fotos 13 e 14, 15 e 16 **Curso Beneficiamento do Pescado (2007)**



Fonte: EMATER/Muaná, jan, 2013.

Um dia de campo consiste em um dia de sensibilização aos beneficiários na intenção de conhecerem, interagirem, se envolverem para compreenderem a dinâmica e funcionamento das atividades exercidas tendo, portanto, como finalidade propor uma maior interação entre os participantes, sendo de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades, visa despertar o interesse das famílias em desenvolver suas potencialidades.

Reunia-se os beneficiários em um dia para a apresentação das técnicas e manejos das matérias-primas que serão utilizadas. Há todo um aparato logístico que vai desde o transporte, café da manhã, almoço, uniformes, dentre outros. Durante a realização do dia de campo as famílias conhecem não só as técnicas e manejos como também os benefícios da execução dos projetos.

Fotos 17 e 18: Dia de Campo do Curso de Beneficiamento do Pescado (2007)



Foto 19 e 20: Dia de Campo do Curso de Beneficiamento do Pescado (2007)



Fonte: EMATER/Muaná, jan, 2013.

Na criação de galinhas caipiras foram selecionadas 20 famílias que receberam 16 galinhas e 2 galos para a partir destes promover o cruzamento entre as raças e ocorrer o melhoramento dos frangos caipiras da região. Para esta atividade realizou-se um curso preparatório mostrando como se daria sua implantação e quais seriam os mecanismos desenvolvidos.

Com a produção a intenção seria a devolução deste quantitativo em pintinhos para que outras famílias pudessem ser beneficiadas, no entanto, o projeto não alcançou o resultado esperado. Houve a construção de uma estrutura (viveiro), onde cada membro deveria alimentar, vigiar e repassar os resultados obtidos. Ocorre que pela dificuldade e a pouca disponibilidade de recursos, tornava-se complicado manter a alimentação dos animais, que no início foi disponibilizada pela EMATER. Posteriormente de acordo com depoimentos eram os próprios beneficiários que arcavam com a ração, existia ainda a questão do roubo das aves, o que fez com que esta atividade não se expandisse. Ocorria que algumas famílias desistiam por não poder suprir com as despesas, sendo substituídas por outros beneficiários ao qual ingressavam no projeto sem nenhum treinamento dificultando as atividades. Pelo distanciamento do local das instalações havia a necessidade de se passar a noite em vigília para evitar o roubo das aves, então foi feito um sistema de rodízio pelas

famílias, no entanto sem êxito, pois nem sempre era possível estar no viveiro. Os animais foram desaparecendo e as famílias abandonando o projeto de acordo com relato de uma das famílias:

“Nós recebemos os 10 pintinhos e a ração, nós que trabalhamos para construir o barracão, compramos a palha e o material, passamos mais ou menos uns quatro meses cuidando dos animais, quando as galinhas começaram o botar os ovos as famílias resolveram vigiar o barracão, cada noite era uma família, mas tinha noite que ninguém ia e as galinhas foram sumindo só sobraram 15 que foram divididas entre as famílias, cada um ficou com duas e tudo foi se acabando, o barracão ainda existe, mas ta abandonado”.

Fotos 21 e 22: **Implantação do viveiro para a criação de galinhas (2007)**



Fonte: EMATER/Muaná, jan, 2013.

Fotos 23 e 24: **Implantação do viveiro para a criação de galinhas (2007)**



Fonte: EMATER/Muaná, jan, 2013.

Fotos 25 e 26: **Registro atual (janeiro, 2013)**



Fonte: Cabral, jan, 2013.

Sistema Agroflorestal, foi desenvolvido a partir do manejo de açaí com 20 famílias beneficiadas das quais receberam 1 hectare de terra para o cultivo, para essa atividade houve um dia de campo. De acordo com depoimento de técnicos da EMATER tal procedimento não tem sustentabilidade, visto que 1 hectare de terra para 20 famílias foge aos padrões da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária) que sustenta que para cada hectare de terra são 500 rasas (latas) de açaí e o manejo só se estabiliza após 3 anos. Então diante do que foi fornecido às famílias tal atividade não se firmou.

Fotos 26 e 27: **Dia de Campo para a implantação do sistema agroflorestal (2007)**



Fonte: EMATER/Muaná, jan, 2013.

Fotos 28 e 29: **Registro da implantação do sistema agroflorestal (2007)**



Fonte: EMATER/Muaná, jan, 2013.*Não foi possível registrar como está o local atualmente por falta de acesso.

Em 2008 retomou-se as atividades do CONSAD-Arari no município de Muaná, onde esse período foi marcado pela implantação de duas atividades: Casa de Farinha mecanizada²⁷ e Tanque rede.

O processo de instalação da casa de farinha mecanizada teve início apontando problemas de ordens estruturais, além do precário recurso destinado ao projeto. Sua disposição foi feita em um hectare de mandioca para atender vinte famílias. Segundo técnicos da EMATER seriam necessários no mínimo 10 hectares de modo a satisfazer as necessidades desta implantação, ou seja, não houve

²⁷ Não foram disponibilizados os registros fotográficos da Casa de farinha.

sustentabilidade e dessa forma não houve continuidade. É importante destacar que os projetos foram desenvolvidos pelos próprios técnicos da EMATER, os chamados técnicos centrais (profissionais detentores de títulos de mestrado e doutorado), termo utilizado pelos técnicos que se intitulam como técnicos da ponta.

Houve o início da construção de um galpão, o maquinário foi disponibilizado, porém a escassez de recursos não permitiu a finalização da construção. Hoje o maquinário encontra-se ocioso e as famílias se dispersaram.

Em relação à instalação do tanque rede foram seis implantados para atender vinte beneficiários, houve um dia de campo, contudo mais uma vez o projeto esbarra no critério estrutura e escassez de recursos. De acordo com depoimento de técnicos da EMATER, tal quantitativo atenderia de forma eficaz no máximo apenas uma família.

Hoje os tanques são utilizados por quatro famílias que dispuseram de recursos próprios para criação e consumo dos peixes segundo o relato de um dos beneficiários:

“Eles doaram 4 milheiros de peixe e a ração, eu criei os peixes e depois comecei a vender, mas entreguei o dinheiro para uma pessoa que não soube empregar, ela tinha que me repassar para compra de novos peixes e ração, como não foi repassado o dinheiro eu não tive como comprar então ficou tudo parado, arrumei uma pessoa para ser meu sócio, por nossa conta nós compramos 5 milheiros e estamos vendendo, o CONSAD foi muito bom, mas o dinheiro não foi bem aplicado”

Fotos 30 e 31: **Registro da implantação do Tanque rede**



Fonte: EMATER/Muaná, jan, 2013.

Fotos 31 e 32: Registro atual (janeiro, 2013)



Fonte: Cabral, jan, 2013

Em 2010 o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) traz uma nova proposta junto ao CONSAD-Arari, o projeto chamado de “Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS)”. De acordo com o MDS²⁸ a produção é agroecológica por não causar danos ao meio ambiente, pois não há utilização de agrotóxicos, queimadas e desmatamento. É integrada por unir a criação de animais com a produção vegetal, utilizando insumos da propriedade no processo produtivo.

É sustentável por preservar a qualidade do solo e das fontes de água. O projeto estimula a associação de produtores e traz novas perspectivas de comercialização. A Tecnologia Social PAIS pode ser utilizada por: agricultores de baixa renda; assentados em projetos de reforma agrária; produtores de áreas remanescentes de quilombos; participantes de programas sociais do governo federal.

A estrutura física funciona da seguinte forma: um galinheiro na área central, três canteiros de hortaliça localizados em volta do galinheiro, área de pastagem e um sistema de irrigação por gotejamento. Os beneficiários recebem os insumos necessários para dar início a construção e a produção. É utilizado o próprio terreno da família assistida, o projeto visa atender cada família individualmente.

A estrutura a que se dispõe este projeto se aproxima ao que Oliveira *apud* Altieri (2010) chama de “quintais agroecológicos”. Sistema de pequenos cultivos onde se reúne uma grande diversidade de plantas intercaladas a pequenas criações, localizados ao redor das habitações familiares.

²⁸Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/desenvolvimentoterritorial/consad/producao-agroecologica-integrada-e-sustentavel-pais/producao-agroecologica-integrada-e-sustentavel-pais/?searchterm=PAIS>. Acesso em: jan.2013.

O quintal pode proporcionar um grau de independência, já que o que se produz nele parte é para o consumo e parte para o comércio. De acordo com Brito; Colho *apud* Oliveira (2010), a função econômica dos quintais agroflorestais caracteriza-se principalmente pela produção de alimentos para o autoconsumo e comercialização, sendo um requisito importante na melhoria da alimentação das populações rurais e urbanas de baixa renda.

O idealizador do projeto foi o agrônomo senegalês Aly Ndiaye, o qual o desenvolveu em 1999 no Rio de Janeiro em Petrópolis com uma família de pequenos agricultores. O PAIS está sendo implantado no arquipélago do Marajó com o objetivo de garantir a promoção social e a econômica da região tendo como proposta a auto-sustentabilidade, serão 140 famílias beneficiadas na região do Arari.

Em Muaná o projeto teve início com o curso de capacitação dos técnicos da EMATER, essa capacitação se deu pelo próprio idealizador do projeto Aly Ndiaye no município de Bragança, tendo a participação de todos os técnicos dos municípios que compõem o CONSAD-Arari.

O PAIS beneficiaria 20 famílias em Muaná ao qual deveriam ser capacitadas com um curso desenvolvido por aulas teóricas e práticas. As aulas teóricas seriam compostas pelos seguintes conteúdos: conceito e importância do sistema de produção com bases agroecológicas; benefícios do consumo de alimento agroecológico (sem agrotóxicos) para o ser humano; conceito de sistema de irrigação; princípios de sustentabilidade familiar; importância da integração dos animais à unidade familiar de produção agroecológica e noções de associativismo e formação de redes para escoamento e comercialização da produção.

Posteriormente seriam ministradas aulas práticas contendo: escolha e preparação do terreno para a implantação da unidade familiar; seleção das culturas a serem plantadas; demarcação do galinheiro e dos canteiros; construção do galinheiro; preparação dos canteiros; uso de energia; sistema de irrigação por gotejamento; compostagem; quintal Agroecológico; associativismo e Comercialização.²⁹

Após a capacitação dos técnicos da EMATER do município de Mauná, no final de 2011 foram entregues os kits necessários a implantação do projeto. O kit

²⁹ Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS): Cartilha Passo-a-Passo, 3ª Ed. Brasília, 2009.

possui uma caixa d'água de 5000 mil litros, mudas frutíferas, sementes para a produção de grãos, adubos, sementes para hortaliça, dentre outros.

Até o período em que se esteve em campo (janeiro, 2013) o projeto ainda não havia sido efetivado, de modo que alguns dos materiais que seriam utilizados em sua construção perderam-se (mudas, sementes, adubos) e outros estão ociosos sem nenhuma utilidade. De acordo com depoimentos de técnicos da EMATER, não foram ainda repassados os recursos necessários para promover o projeto.

Considerações Finais

Os achados deste estudo dão conta da exiguidade da Política de Segurança Alimentar e Nutricional quanto a sua efetividade na aplicação das metas do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). O estudo permitiu perceber o processo de construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional desenvolvida na região do Marajó sobre a ação do CONSAD-Arari.

Observou-se as ações executadas pelo Consórcio sendo Muaná o foco da pesquisa ao qual constatou-se as deficiências dessa política que não permitiram seu desenvolvimento de forma efetiva, ou seja, não houve êxito nas ações em sua totalidade, onde nenhuma atividade alcançou seu objetivo final.

O resultado apontado pelo estudo mostra diversas deficiências. Dentre elas está a questão da gestão, que vai desde o órgão responsável pela efetividade da política em si, o MDS, tendo em vista que de acordo com os relatos de técnicos e membros da EMATER, não foram repassados recursos suficientes de acordo com a necessidade do município, a própria gestão local que se fez ausente no desenvolvimento das ações, onde a prefeitura atuou de forma inexpressiva na concretização e no desenvolvimento dos projetos, projetos estes que eram incrementados por técnicos chamados de técnicos de ponta pelos técnicos locais, ou seja, técnicos que possuem títulos, porém não conhecem a realidade da região e portanto desenvolvem projetos sem sustentabilidade as diversidades da população local e das características naturais.

Percebe-se que há a falta de um diagnóstico que possibilitasse apontar as fragilidades, reais necessidades da população local e potencialidades da região. Há a falta de integração por parte dos Órgãos envolvidos, tendo em vista que as ações foram fragmentadas, pois a execução das atividades não tiveram um mesmo direcionamento.

Ausência de apoio logístico, deficiência no repasse de técnicas e manejos as famílias, carência de mão-de-obra (técnicos locais) comprometendo significativamente as ações tendo em vista que foi disponibilizado apenas um técnico para dar suporte as atividades ficando este com acúmulo de funções.

Houve deficiência no apoio logístico já que para a efetivação das ações seriam necessários capacitação dos sujeitos, local para a implantação dos projetos, material para a construção das estruturas, transporte aos técnicos para o deslocamento, mão de obra, matéria prima dentre outros. A falta de integração por parte de alguns membros do CONSAD, a pouca participação das famílias que seriam beneficiadas pelo projeto nas reuniões devido à falta de sensibilização³⁰ (de modo a não se inteirarem de forma apropriada às ações), o repasse de verbas insuficiente que não garantiria suporte ao projeto, foram alguns dos fatores que comprometeram o desenvolvimento e a implementação das atividades.

Não houve continuidade dos Projetos, ou seja, as atuações não geraram os efeitos desejados. É importante ressaltar que com o fim das ações as famílias não são capazes de se autogerir, sendo assim não se atingiu o objetivo de reduzir os indicadores da pobreza e da fome.

Neste sentido estudos sobre a efetividade e aplicabilidade das políticas públicas torna-se relevante, na medida em que tais políticas devem ser assumidas como componentes estratégicos de governo. Há a necessidade de se romper com o estigma de que política pública está subordinada a uma visão assistencialista.

Dessa forma pôde-se verificar que o Brasil constituiu sua Política de Segurança Alimentar ao longo de sua história. Foram várias ações com programas e projetos no centro das abordagens governamentais voltados a combater a fome. No entanto o estudo mostrou que a efetividade e aplicabilidade dessa política de combate a fome tem suas inúmeras lacunas, visto que dentro do objeto de pesquisa

³⁰ A sensibilização consiste no contato feito pelos membros e técnicos da EMATER aos sujeitos envolvidos nas ações do CONSAD, de modo que venham conhecer os objetivos e os mecanismos da implantação das atividades.

do qual o município de Muaná é foco, as ações do CONSAD-Arari não obtiveram êxito.

Os achados dão conta de que todos os projetos do CONSAD- Arari desde sua instalação até os dias atuais não apresentaram resultado positivo, já que foram iniciados, porém sem continuidade. Certificou-se que no município de Muaná as ações empregadas voltadas a garantir o estado de segurança alimentar e nutricional a partir do desenvolvimento familiar rural não alcançou seu objetivo final.

A partir do exposto constata-se que em relação a Segurança Alimentar e Nutricional do País várias ações já foram materializadas, toda via é indispensável que se tenha consciência da efetividade desta política pública (Política de Segurança Alimentar e Nutricional) em suas mais diferentes ações e regiões.

Então é necessário garantir fomentos e possibilidades concretas e reais no âmbito social, econômico e político, dando ênfase a produção com qualidade, verificando as reais condições e potencialidades das famílias assistidas para, a partir de um diagnóstico, se desenvolver ações, sendo aplicados recursos suficientes e elaborados projetos de acordo com a realidade de cada região.

Desenvolver o potencial local deve permear as ações dos Consórcios de forma integrada entre todos os órgãos e entidades, contando com a participação das famílias envolvidas por terem estas seus próprios hábitos de produção e cultivos que podem ser aperfeiçoados.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome**. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992.

BRASIL. **Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes**. Disponível em: <http://www.abiec.com.br/3_pecuaria.asp>. Acesso em: 8 abr.2012.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pa&tema=censoagro.>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

_____. **EMATER**. Disponível em: <<http://www.emater.pa.gov.br/busca>>. Acesso em: Nov.2012.

_____. **EMBRAPA:** Soja. Disponível em: <http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?cod_pai=2&op_page=294>. Acesso em: mai. 2012.

_____. **Fome Zero.** Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>. Acesso em: nov.2012.

_____. **IBAM** – Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Guia do CONSAD – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local. IBAM/DES/NEL, Versão 3, 2004. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/backup/teste/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/consad/guiaconsadrev3.pdf>>. Acesso: 13 nov. 2012.

_____. Indicadores IBGE: **Estatística da Produção Agrícola: maio de 2012.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/estProdAgr_201205.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2012.

_____. **Jus Brasil.** Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/113260/decreto-807-93>>. Acesso em 13 abr. 2012.

_____. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. CONSEA. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/publiuacoes-arquivos/cartilha-losan-portugues>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

_____. **Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Princípios e diretrizes do SISAN. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em 5 jul. 2012.

_____. **Ministério da Agricultura.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/exportacao/alimentos>>. Acesso em: 8 abr. 2012.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS):** Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. EDITAL SESAN/MDS N.º 01/2010.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS).** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao>>. Acesso em: mai.2012.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS).** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2010/agosto/fome-zero-seguranca-alimentar-e-desenvolvimento-social/?searchterm=Programa%20Fome%20%20Zero>>. Acesso em: mai. 2012.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. EDITAL SESAN/MDS N.º 01/2010 SELEÇÃO PÚBLICA DE PROPOSTAS PARA APOIO À IMPLANTAÇÃO DE

UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA SUSTENTÁVEL EM TERRITÓRIOS CONSAD.

_____. **Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21:** Bases para discussão. Brasília: MMA, 1997.

_____. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó,** 2007. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/Adagenor/PRDA/Plano-Marajo/07_0035_FL.pdf>. Acesso em ago. 2012.

_____. **Ranking do efetivo do rebanho bovino, por unidade da federação – 2000, 2005 – 10.** Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/pesq/ppm/rankbovinosufs.html>>. Acesso em: ago. de 2012.

_____. **SEAS.** Disponível em: <<http://www.seas.pa.gov.br/?q=node/416>>. Acesso em: 23 out.2012.

_____. **SUDAM.** Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/Adagenor/PRDA/Plano-Marajo/07_0035_FL.pdf>. Acesso em: ago.2012.

CAMPOS, A. L, *et al.* **Aspectos nutricionais, psicológicos e sociais de mães de crianças desnutridas.** Jornal de Pediatria. Vol. 71, nº 4, 1995.

CAMPOS, C. S. S.; CAMPOS, R. S. **Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil.** Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. 11, n. 245, ago. 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24568.htm> . Acesso em: 17 ago. 2012.

CARTILHA PASSO-A-PASSO. **Produção Agroecologica Integrada Sustentável (PAIS).** 3ª Ed. Brasília, 2009.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome.** 8.ed. São Paulo/SP: Brasiliense S.A., 1968.

_____. **Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço.** Revisão de Milton Santos. 7ª ed. Rio de Janeiro: RECORD, 2007.

CELOS, J.F. **O direito enquanto práxis contra-hegemônica e a luta pela terra na perspectiva dos movimentos sociais populares.** 2007. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

COHN, P. E.; ELIAS, A. **Saúde no Brasil: políticas e organização de serviços.** 3ª ed. São Paulo: CORTEZ, 1999.

DOMENE, S. M. A. **Fome e desnutrição: Indicadores nutricionais e políticas públicas.** Estudos Avançados. São Paulo, v.17, n. 48, Maio/ago. 2003. Estatística Municipal da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará, 2012.

FAO (Organización de las Naciones Unidas para La Alimentación y La Agricultura): **Hunger Statistics**. Disponível em: <<http://www.fao.org/hunger/en/>>. Acesso em: jul.2012.

FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). **Notícias**. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/oqvpssf2012.asp>> . Acesso em: jul. 2012

FAO (Organización de las Naciones Unidas para La Alimentación y La Agricultura): **Estadísticas del hambre**. Disponível em: <<http://www.fao.org/hunger/hunger-home/es/>>. Acesso em: jul. 2012.

FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). **Informações Adicionais sobre o Direito a Alimentação**. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/009/a1301p/a1301p03.pdf>>. Acesso em: jul. 2012.

FERRÃO, E. da S. **Desenvolvimento sustentável, organização e reorganização de trabalhadores rurais do alto rio Atua na ilha de Marajó: exame de uma experiência**, 2006. (Dissertação de Mestrado).

FILHO, Jácomo Muutti Perrucho. **Gestão Social e Políticas Públicas: A Agência de Desenvolvimento Social**, 2004. (Dissertação de Mestrado).

Glossário Temático Alimentação e Nutrição. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_alimenta.pdf>. Acesso em: jun 2012.

IDESP. **Indicadores de Vulnerabilidade: Região do Marajó**, 2012.

INDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL (IDI): **Situação da Infância Brasileira 2006**. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/IDI_2004.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2012.

JONSSON, Urban. **As causas da fome**. In: Fome e desnutrição: determinantes sociais. São Paulo: Cortez, 1986. p. 48-65.

MALUF, R. S. **Segurança Alimentar e Fome no Brasil – 10 anos da Cúpula Mundial de Alimentação**. Relatórios técnicos, 2006.

_____. **Segurança Alimentar**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MONTEIRO, C. A. **A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil**. In: Estudos Avançados. São Paulo, nº 48. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, A. E. de M. **Quintais Agroecológicos em Assentamentos de Reforma Agrária na ilha de Mosqueiro**, 2010. (Monografia de Conclusão de Curso).

PELIANO, Ana Maria T. M.; BEGHIN, Nathalie. **A Nova Experiência Brasileira no Combate à Fome e à Miséria**. Saúde em Debate, v. 40, 1993.

_____. **O Mapa da Fome (I, II e III)**. Documento de Política, nº. 14, nº. 15 e nº. 17. Brasília: IPEA, 1993.

PESSANHA, Lavinia D. R. **O Sentido Brasileiro da Segurança Alimentar**. In: Roberto José Moreira; Luiz Flávio de Carvalho Costa. (Org.). Mundo Rural e Cultura. 1 ed. vol. 1. Rio de Janeiro, 2002.

PRADO JR, Caio. **Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – ITCPES – ICESA, **Diretório de Pesquisa Trabalho e Desenvolvimento da Amazônia. Mobilização do Território do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD-Arari: em busca da produção sócio-produtiva**. Relatório Final, 2011.

RUSSO, O. **Pobreza e bem estar social**, 2006. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/noticias/artigo-pobreza-e-bem-estar-social>>. Acesso em: 05 jun. 2012.

SANTOS, M. J. **Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável**. Estudos Avançados. São Paulo: USP, v. 15, n. 43, p. 225-238, 2001.

SILVA, J.G. **Segurança alimentar: uma agenda republicana**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200004. Acesso em: Nov.2012.

SOARES, V., 2004. **Políticas Públicas para Igualdade: Papel do Estado e Diretrizes**. In: GODINHO, T; SILVEIRA, M.L. (orgs.) Políticas Públicas e Igualdade de Gênero. São Paulo.

VALENTE, F.L.S. **Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

VEIGA, J. E. da. **Fundamentos do Agrorreformismo**. In: STÉDILE, João Pedro. In: A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro. Caxambu, 1996**. (texto apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17- Processos Sociais).